

DEFESA DO CONSUMIDOR

O mapa da inclusão financeira no Brasil

ENTREVISTA COM ALEXANDRE TOMBINI

“Há muitos anos
o BC já opera, de fato,
com autonomia”



Um 2012 mais generoso para o servidor

A edição número 36 da **Por Sinal**, a última de 2011, está especial.

Entrevistamos o presidente Alexandre Tombini, que, confiante, faz uma avaliação positiva da atuação do Banco Central do Brasil em várias frentes.

Denunciamos a estagnação do processo de valorização do serviço público na matéria “Receita amarga para enfrentar a crise”, que mostra a falta de definição, pelo governo Dilma, de uma política salarial clara para os servidores públicos.

A conta da inclusão financeira “não fecha” é o que a reportagem “O mapa da inclusão financeira no Brasil conclui: o BC e o mercado avaliam que as políticas adotadas vêm funcionando, mas parlamentares e sindicalistas denunciam a precarização representada, sobretudo, pelo correspondente bancário.

Retomamos o assunto sobre crédito consignado na matéria “De olho nos ‘pastinhas’”, para concluir que o desconto na folha de pagamento virou armadilha para aposentados e pensionistas. Boa notícia: o BC já começou a agir.

Destrinchamos as finanças solidárias na matéria “Decreto de inclusão social”, que analisa a proposta de criação do Sistema Nacional de Finanças Solidárias, e no artigo “Finanças solidárias, um exemplo de criatividade”, escrito por Marusa Vasconcelos Freire, que enfatiza a criatividade dos bancos comunitários e do uso das moedas sociais locais como instrumentos alternativos de crédito.

“Bancos verdes: ficção ou realidade?” Boa questão. Falta transparência e sobra marketing na ação “verde” do sistema financeiro.

Os colegas José Paulo Vieira e Ricardo Luis Piccoli abordam o impacto dos juros básicos na sociedade no excelente artigo “Basta de confisco da renda via aumento de juros: pela maior qualidade da política monetária”.

Por fim, nossa “Prata da Casa” entrou no BC em 1976, nunca faltou ao trabalho, comanda a Casa Forte de Belém há décadas e é um vulcão, Ronaldo Vulcão.

A **Por Sinal** deseja a todos um 2012 pleno.



A conta da inclusão financeira não fecha no país: o BC e o mercado avaliam que as políticas adotadas vêm funcionando, mas parlamentares e sindicalistas denunciam a precarização representada, sobretudo, pelo correspondente bancário”

Conselho Nacional
Biênio 2011/2013

Presidente

Sérgio da Luz Belsito

Belém

Pedro Paulo Soares Rosa

Brasília

José Ricardo da Costa e Silva

Gregório Alberto Saiz Lopes

Josina Maria de Oliveira

Belo Horizonte

Bruno Colombo Figueiredo

Curitiba

Miguel Hostílio Silveira Vargas

Fortaleza

Julia Walesca Gomes de Carvalho

Porto Alegre

Gustavo Diefenthaler

Recife

Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes

Rio de Janeiro

João Marcus Monteiro

Jarbas Athayde Guimarães Filho

Julio César Barros Madeira

Luiz Rafael Gonçalves Giordano

Salvador

Epitácio da Silva Ribeiro

São Paulo

Aparecido Francisco de Sales

Eduardo Stalin Silva

Iso Sendacz

Diretoria Executiva Nacional
Biênio 2011/2013

Presidência: Sérgio da Luz Belsito

Diretor Secretário: Júlio Cesar Barros Madeira

Diretora Financeira: Ivonil Guimarães Dias de Carvalho

Diretor Jurídico: Luiz Carlos Alves de Freitas

Diretor de Comunicação: Alexandre Wehby

Diretor de Assuntos Previdenciários: Eduardo Stalin Silva

Diretor de Relações Externas: José Ricardo da Costa e Silva

Diretor de Estudos Técnicos: Edilson R. de Sousa

Diretor Extraordinário para Assuntos Intersindicais:

Iso Sendacz

Diretora Extraordinária de Qualidade de Vida

Por Sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários
do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, Aparecido Francisco de Sales, Edilson Rodrigues de
Sousa, José Manoel Rocha Bernardo, Mauro Cattabriga de Barros
Sérgio Canas Prata, Sérgio da Luz Belsito

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SCS Quadra 01 – Bloco G sala 401 – Térreo

Ed. Bacarat – Asa Sul – Cep 70.309-900 – Brasília – DF

Telefone: (61) 3322-8208

nacional@sinal.org.br

www.sinal.org.br

Redação

Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti
(Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Rosane de Souza e Paulo Vasconcelos

Fotos - Finanças Solidárias - Banco Comunitário

Cidade de Deus (Ratão Diniz)

Diagramação: Tabaruba Design

Ilustrações: Claudio Duarte

Fotolito e impressão: Ultra Set

Tiragem: 9.000

Assessoria de Comunicação do Sinal: Aipy Imprensa Design

www.aipy.com.br

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.
O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas
nos artigos assinados.



DEFESA DO CONSUMIDOR

O mapa da inclusão financeira no Brasil

Página 4

CRÉDITO CONSIGNADO

De olho nos “pastinhas”

Página 10

ENTREVISTA ALEXANDRE TOMBINI

“Há muitos anos o BC já opera, de fato, com autonomia”

Página 14



FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Decreto de inclusão social

Página 24

PRATA DA CASA

**Ronaldo Vulcão,
um homem que vale milhões**

Página 32



POLÍTICA SALARIAL

Receita amarga para enfrentar a crise

Página 34

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Bancos verdes: ficção ou realidade?

Página 36



ARTIGOS

José Paulo Vieira – Desup/AJSPA

Ricardo Luis Piccoli – Desuc/GTPAL

BASTA DE CONFISCO DA RENDA VIA AUMENTO DE JUROS: PELA MAIOR QUALIDADE DA POLÍTICA MONETÁRIA **Página 18**

Marusa Vasconcelos Freire

FINANÇAS SOLIDÁRIAS, UM EXEMPLO DE CRIATIVIDADE **Página 28**

O mapa da inclusão financeira **no Brasil**



Acontadainclusãofinanceiranãofecha.OBancoCentralavaliaqueapolítica adotadaparaqueelasetransformeemconquistadademocratizaçãodarenda avançou nos últimos dez anos, mas parlamentares e sindicalistas se movem contra o que chamam de “precarização”. O alvo principal é o correspondente bancário. Criado para atender os brasileiros que moram em lugares onde uma agência pode ter mais despesas do que dinheiro em conta, eles estariam sendo usados pelos grandes bancos num processo de segmentação do atendimento com traços de discriminação



“A expansão da oferta de serviços bancários abriu as portas para o acesso da maior parte da população ao Sistema Financeiro Nacional”, disse o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, durante o III Fórum de Inclusão Financeira realizado em Brasília, no fim de novembro. “A inclusão financeira ajudou a diminuir as desigualdades sociais, além de criar melhores condições para o empreendedorismo e para atividades como a agricultura familiar, mas, para que o processo seja feito de forma sustentável, é fundamental que se invista também em educação financeira.”

O fórum, promovido pelo Banco Central, serviu também para o lançamento do II Relatório de Inclusão Financeira. O documento revela avanços nos últimos dez anos e aponta a importância do acesso a serviços e operações financeiras para a qualidade de vida das pessoas e para a eficiência da política monetária. O Brasil é um dos integrantes do G20, grupo criado em 1999 reunindo as 20 economias desenvolvidas e emergentes, responsáveis por 90% do PIB (Produto Interno Bruto) mundial, que tem compromisso com a inclusão financeira.

O estudo, elaborado ao longo de 2010, apresenta dados e indicadores de acesso e de uso de produtos e serviços financeiros. O número de correspondentes, por exemplo, aumentou 81% desde 2005. Em todo o país, existem hoje mais de 150 mil pontos de atendimento por correspondentes. O número de postos de atendimento avançado (PAAs), autorizados a funcionar em municípios desassistidos de agências, também cresceu. Eram 336, em 2005,

e somam agora 1.978. Atualmente, todos os 5.565 municípios brasileiros possuem algum ponto de atendimento de serviços financeiros, de acordo com o II Relatório de Inclusão Financeira.

O documento aponta, ainda, as características e a evolução do crédito, dos depósitos e dos meios de pagamentos. O número de pessoas físicas com relacionamento ativo com instituições financeiras cresceu de 91 milhões, em 2006, para 115 milhões, em 2010. Já o número de tomadores de crédito passou de 7,2 milhões, em 2003, para mais de 30 milhões, em 2010.

“Essa expansão decorre do ambiente macroeconômico favorável, além das diversas medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central ao longo dos anos, como o aprimoramento da regulação de cooperativas; o modelo de correspondentes no país e das sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte; maior ênfase na atividade do microcrédito; introdução da conta simplificada; e medidas para aumentar a transparência do setor, como a divulgação do Custo Efetivo Total e a padronização das tarifas”, diz o chefe do Departamento de Normas do Banco Central, Sérgio Odilon.

O relatório estabeleceu, também, um índice (IFF) para medir o grau de evolução da inclusão financeira a partir da consolidação de 18 indicadores – sete demográficos, sete geográficos e quatro de uso. No cálculo para mensurar o acesso e o uso da população aos serviços bancários, entram desde a quantidade de agências por número de adultos

e quilômetros quadrados aos dados de serviços bancários, como concessões de crédito por região. De acordo com o estudo, o IFF do Brasil é de 21,7 pontos, em uma escala na qual o pleno acesso ao sistema financeiro teria cem pontos. Em dez anos, segundo o relatório, o IFF cresceu 141%, já que em 2000 atingia apenas nove pontos.

Os dados do relatório continuam apontando, porém, para a grande desigualdade regional no acesso ao sistema financeiro. Na comparação entre as unidades da federação, o Distrito Federal apresentou o melhor resultado, com 66,4 pontos, seguido pelo Estado de São Paulo, com 43,3 pontos. O ranking continua com Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Por outro lado, estados como Maranhão (8,5 pontos), Pará (9,3 pontos) e Piauí (10,1 pontos) continuam desassistidos de serviços bancários e com um IFF abaixo da média nacional. Ao todo, 19 estados têm situação pior do que a média brasileira.

“Os estudos revelam, também, que há um contingente de milhões de brasileiros que ainda estão excluídos, porque são de baixa renda, vivem em locais com precário atendimento bancário ou que simplesmente não participam porque entendem que o sistema bancário não é transparente ou não oferece alternativas que atendam às suas necessidades”, afirma Edilson Rodrigues, diretor de Estudos Técnicos do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), que participou da elaboração do relatório. “Considerando que o Banco Central

está à frente do processo de reversão deste quadro, é necessário ampliar os estudos para que possamos identificar as principais barreiras para a inclusão financeira, assim como entender as expectativas e necessidades das pessoas excluídas do acesso aos produtos e serviços financeiros.”

O grupo que participou do levantamento propõe, para ampliação do alcance da inclusão financeira, o entendimento da composição da renda e realização do orçamento e fluxo de gastos dessas pessoas e suas famílias, porque a lógica financeira delas seria diferente da convencional. Outro ponto destacado é aprofundar os estudos que indicam como avanço a percepção de que se caminha para o consenso de que diferentes realidades e vivências levam a distintas lógicas de consumo entre as classes sociais.

Ainda segundo o relatório, no Brasil, fala-se mais em crédito do que em poupança. A atuação do Banco Central também deverá forçar ajustes no relacionamento das instituições financeiras com as pessoas de renda mais baixa, pois se observa que as expectativas em relação às instituições financeiras são mínimas. Em geral, essas pessoas se sentem discriminadas e mal atendidas e acham que ainda têm de pagar caro nessa relação com os bancos.

“O que o Sinal defende é que, além de informações sobre acesso e uso, a inclusão financeira seja realizada com qualidade do ponto de vista da sociedade, sobretudo das camadas de mais baixa renda e dos excluídos”, diz Edilson Rodrigues.

“Os estudos revelam também que há um contingente de milhões de brasileiros que ainda estão excluídos, porque são de baixa renda, vivem em locais com precário atendimento bancário ou que simplesmente não participam porque entendem que o sistema bancário não é transparente”

EDILSON RODRIGUES
Diretor de Estudos Técnicos do Sinal



“O esforço de diagnóstico sinaliza essa busca por conhecer profundamente a realidade para que ajustes, sempre que necessários, sejam efetuados”, afirma Sérgio Odilon. “Ao longo dos anos, verificou-se que não apenas os municípios desassistidos de dependências de agências e postos, mas também algumas localidades dos grandes centros, mais carentes, enfrentavam carência na oferta de serviços bancários básicos. Os correspondentes vieram suprir essa deficiência, constituindo-se em alternativa de atendimento mais adequado à cultura e às expectativas de extensos segmentos sociais.”

Para o Banco Central, o modelo viabiliza o acesso a serviços financeiros em áreas que ainda não justificam a instalação de dependências bancárias pelo

reduzido fluxo econômico, provendo maior comodidade e segurança àquela população, bem como facilitando o processo de desenvolvimento econômico na localidade.

“O correspondente bancário é referência internacional no processo de inclusão financeira”, diz Sérgio Odilon. “Isso não significa que o Banco Central deixará de intervir sempre que entender necessário, propondo aperfeiçoamentos normativos e atuando, por meio de sua área de supervisão, para corrigir condutas inadequadas.”

“A inclusão pode ter aumentado, mas seu padrão continua o mesmo”, ataca em sua página na internet o deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e autor do projeto de

decreto legislativo 214/2011, que susta a Resolução 3.954, do Conselho Monetário Nacional (CMN), publicada em 24 de fevereiro deste ano pelo Banco Central, alterando e consolidando as normas que dispõem sobre a contratação de correspondentes no país. “A inclusão aumenta não por iniciativa dos bancos, mas à medida que melhoram as condições socioeconômicas da população, à medida que há crescimento do emprego e da renda. De qualquer forma, a inclusão cresce nos grandes centros econômicos e continua precária nos estados menos desenvolvidos.”

“Inclusão bancária não existe, o que existe é fraude trabalhista”, afirma o secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo

Financeiro (Contraf), Marcel Barros. “Os bancos estão usando o sistema de correspondentes bancários para segmentar o atendimento e baixar seus custos.”

A prática, de acordo com a Contraf, seria comum aos bancos privados. O Bradesco adotava, mas agora estaria revendo a posição porque perdeu a concessão do Banco Postal. O caso mais flagrante, porém, ainda segundo a Confederação, é o do Banco do Brasil, que teria recomendado explicitamente em um de seus documentos internos, o Sinapse 2.0, que os correntistas das classes D e E sejam encaminhados a canais alternativos de atendimento. “Estamos acionando o Ministério Público para exigir explicações do BB”, diz Marcel Barros.

Depois do esforço de diagnóstico da inclusão financeira no país, que será reforçado com o desenvolvimento no ano que vem de uma pesquisa sobre dados oriundos da demanda por serviços financeiros, o desafio do Banco Central é traçar o primeiro mapa da inclusão financeira no Brasil.

“Esse mapa será um instrumento importante para identificar as razões que justifiquem eventuais distorções entre indicadores de acesso e de uso, conferindo transparência e facilitando a tomada de decisões por parte dos diversos agentes envolvidos no processo de inclusão financeira”, ressalta Sérgio Odilon.

Entre as possíveis ações que poderão ser aprimoradas a partir do mapa da inclusão, está o aprimoramento da regulação para assegurar melhores condições de transparência e de competitividade do mercado. O Banco Central também prevê medidas de desenvolvimento institucional do processo de educação financeira e de proteção aos consumidores.

O processo passa pela consolidação da Parceria Nacional para Inclusão Financeira, firmada no III Fórum de Inclusão Financeira. A expectativa do Banco Central, como articulador do processo, é desenvolver um plano de ação, que deverá ser divulgado no primeiro semestre de 2012.

“A ideia é estabelecer uma forma efetiva de catalisar os esforços dos diferentes atores, públicos e privados, em prol da promoção da inclusão financeira dos brasileiros”, enfatiza Sérgio Odilon. ▀



Panorama mundial da exclusão bancária

O tema da inclusão financeira é caro na agenda do desenvolvimento econômico num cenário em que 2,5 bilhões de adultos não contam com serviços financeiros formais, como contas de poupança e seguros. As estatísticas de organismos internacionais apontam, ainda, que um bilhão de pessoas no mundo têm celular, mas não uma conta bancária.

A publicação “Financial Access 2010 – o Estado de Inclusão Financeira Através da Crise” estima que metade dos moradores do mundo não tenha acesso a bancos. As regiões mais críticas são a África subsaariana e o sul da Ásia. Na República Democrática do Congo e no Afeganistão, menos de 1% das famílias tem contas em banco, enquanto no Japão praticamente todos têm acesso ao sistema financeiro.

De acordo com o estudo, o interesse pela inclusão financeira tem aumentado em muitos países. No Paquistão, onde os serviços bancários têm ficado tradicionalmente fora do alcance de pessoas em áreas pobres e remotas, uma série de iniciativas começa a transformar o país num laboratório virtual que promete um fim à exclusão financeira. O Consultative Group to Assist the Poor (CGAP), um centro mundial independente de desenvolvimento de políticas e pesquisas de inclusão financeira, cita iniciativas que podem mudar o cenário no país.

O Banco do Estado do Paquistão, regulador bancário, emitiu licenças para a prestação de serviços bancários sem agências de bancos. Os dois projetos principais são do Tameer Banco de Microfinanças, de propriedade da operadora móvel da rede Telenor, e o Usama Bin Laden, um grande banco comercial. Mesmo sem uma conta ou telefone, os usuários da Telenor e do Tameer Banco podem utilizar o “easypaisa” de serviço, que permite pagar contas ou fazer transferências com a ajuda de um dos 12 mil agentes “easypaisa”. Até o fim de julho de 2011, a rede havia processado 23 milhões de transações.

Já o Usama Bin Laden lançou o UBL Omni, em abril de 2010, que permite aos clientes acessarem contas pessoais através de seus telefones móveis. O UBL Omni garantiu contratos para milhões de pagamentos em nome do governo e de agências não governamentais, incluindo o Programa de Apoio ao Rendimento Benazir e o Programa Mundial de Alimentação.

No continente americano, um dos modelos seria o do México. O país tem uma população de 109 milhões de habitantes, mas apenas 42% dos municípios têm cobertura de sucursal financeira. Para aumentar a capilaridade do sistema, existem 15 mil estabelecimentos bancários ou correspondentes financeiros. Ainda assim, há dificuldades em levar o atendimento à zona rural, onde apenas 8% dos municípios têm algum tipo de acesso aos serviços bancários.

“O conhecimento das diferenças regionais de cada país é importante para vencer os desafios”, disse o diretor-geral para Acesso a Serviços Financeiros da Comissão Nacional Bancária e de Valores (CNBV), Raúl Hernandez-Coss, no III Fórum de Inclusão Financeira, em Brasília. “A estratégia mexicana para atingir os desafios do futuro pode ser simplificada em três regras: formular medidas públicas de acesso e uso do sistema financeiro, estabelecer sistemas de medição sobre o impacto e do retorno da população e informar o mercado das oportunidades de negócios. O México, hoje, é o primeiro país do G20 com iniciativas inovadoras de inclusão financeira.”

A página <http://fas.imf.org/> do Fundo Monetário Internacional (FMI), na internet, permite aos interessados uma avaliação, país por país, de alguns indicadores de inclusão financeira.

De olho nos “pastinhas”

Fraude do empréstimo com desconto na folha de pagamento virou armadilha para aposentados e pensionistas. BC estuda como coibir golpes

O pensionista Benedito do Nascimento, de 65 anos, foi surpreendido, em janeiro deste ano, por um desconto de R\$ 200 na aposentadoria de pouco mais de R\$ 1.000 que recebe do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ao se informar na agência do órgão em Japeri, na Baixada Fluminense, descobriu que o dinheiro correspondia à primeira parcela de um total de 60, relativas a um crédito consignado de R\$ 8 mil que ele supostamente havia feito no Banco BMG e pelo qual pagaria nada menos de R\$ 4 mil, só de juros. O empréstimo jamais foi parar no bolso do aposentado. Benedito só havia recorrido ao benefício uma vez, em 2006, para ajudar na festa de 15 anos de uma neta. Como não pediu nada agora, fez o périplo de praxe para recuperar os descontos, mas até acertar as contas descobriu que quem fraudou o financiamento no nome dele nem sequer se deu ao trabalho de apresentar documento de identidade e CPF verdadeiros.

O caso é um dos muitos que engrossam as estatísticas dos órgãos de defesa do consumidor e dos tribunais de Justiça em todo o país. A fraude do empréstimo com desconto na folha de pagamento, opção mais barata para quem precisa de crédito, virou armadilha para servidores públicos, aposentados e pensionistas. Representantes de pequenos bancos que oferecem o serviço nas ruas, os chamados “pastinhas”, sofisticaram o golpe e agora ligam para a casa do beneficiário para oferecer a troca da prestação por outra de mesmo valor e dinheiro na conta corrente. Não revelam, porém, que a trama envolve a contratação de um novo financiamento, mais longo que o primeiro, e uma comissão cobrada sem que a vítima perceba.

Num mercado com 27 milhões de pensionistas e aposentados, sem contar os servidores públicos e os trabalhadores de empresas privadas que também podem recorrer ao crédito consignado, o potencial para as fraudes

é do tamanho da criatividade e desonestidade dos golpistas. De 2004 a 2011, foram realizados 48 milhões de contratos de empréstimo consignado, num total de R\$ 98 bilhões em empréstimos. Este ano, os últimos dados apontavam para a concessão de R\$ 9 bilhões em créditos consignados.

► Contos do vigário

Há todo tipo de golpe. Os mais comuns envolvem documentação falsa do aposentado, ausência de documentos e até de assinatura do titular do empréstimo. Há casos também de esclarecimentos incompletos, liquidação antecipada do débito feita incorretamente, concessão de crédito sem a presença do pensionista e restrição à portabilidade – transferência do contrato para outro banco da preferência do cliente. A maioria das operações é feita por telefone ou na rua. No Centro de todas as capitais brasileiras é possível ver pessoas com uniformes de instituições financeiras e pranchetas

e pastas nas mãos – daí o apelido de “pastinhas” – oferecendo crédito.

“O Banco Central mantém constante acompanhamento do sistema financeiro e das normas, analisando a eventual necessidade de aperfeiçoamentos. Para isso, utiliza-se de informações da supervisão do Banco, dos órgãos de defesa do consumidor, do Ministério Público e das reclamações recebidas dos clientes”, diz o chefe do Departamento de Normas do Banco Central, Sérgio Odilon. “A nova regulamentação aplicável aos correspondentes (Resolução 3.954, de 2011), além de reforçar a responsabilidade das instituições financeiras pelos serviços prestados por sua rede de correspondentes, trouxe como uma das novidades a necessidade de certificação dos integrantes da equipe do correspondente que presta atendimento em operações de crédito e arrendamento mercantil.”

“O Banco Central está estabelecendo regras para que as pessoas que vão buscar financiamento tenham maior segurança. Vamos acompanhar, e se o problema não for corrigido, podemos entrar com um projeto de lei regulamentando o benefício”, afirma o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, Roberto Santiago (PSD-SP).

O empréstimo consignado foi criado pela Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para facilitar o crédito a juros baixos (2,34%). Desde então, 66 bancos se credenciaram junto à Federação Brasileira de Bancos (Febraban) para oferecer o serviço.

Bancos e financeiras podem realizar até seis contratos de empréstimo com os aposentados. A lei determina, ainda, que o desconto não pode ultrapassar 30% do valor da aposentadoria. Mas o que era para ser apenas um benefício se tornou um grande problema. Para ampliar o alcance, os bancos terceirizaram o serviço, abrindo, assim, espaço para corretores mal-intencionados aplicarem golpes.

O líder do setor é o BMG. O banco, que ia cobrar 50% de juros de Benedito do Nascimento, mas acabou devolvendo os cinco meses que foram descontados em folha do aposentado sem qualquer adicional, abocanha sozinho mais de 20% do mercado com

suas 16 agências e 491 funcionários. Em 2003, antes de explorar o filão, o lucro do BMG era de R\$ 90 milhões. No ano seguinte, triplicou, e chegou a R\$ 275 milhões. Ao mesmo tempo, virou um dos líderes também nas reclamações encaminhadas ao Banco Central entre as pequenas instituições financeiras. Em abril deste ano, ocupava a terceira posição no ranking. Nos Procons de todo o país, são mais de 20 mil reclamações fundamentadas, segundo o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), do Ministério da Justiça. Em São Paulo, por exemplo, são 1.871 queixas – 35% delas apenas sobre créditos consignados.





Entre as diversas modalidades para enganar os aposentados, de acordo com a Polícia, a que mais tem preocupado as autoridades é a compra feita por estelionatários de dados cadastrais que pertencem ou deveriam pertencer exclusivamente aos órgãos federais encarregados da assistência aos idosos.

Os problemas com o crédito consignado são antigos. Em 2009, mais de 4 mil aposentados foram vítimas de golpes. O INSS comprovou que 1.011 eram realmente fraudes. Num dos casos, a vítima ficou meses pagando prestações de R\$ 413 de uma dívida de R\$ 12 mil que jamais havia feito. Em Água Nova, município do sertão do Rio Grande do Norte, com apenas 13 mil habitantes, mais de 30 idosos tinham sido vítimas do golpe.

Entre as diversas modalidades para enganar os aposentados, de acordo com a Polícia, a que mais tem preocupado as autoridades é a compra feita por estelionatários de dados cadastrais que pertencem ou deveriam pertencer exclusivamente aos órgãos federais encarregados da assistência aos idosos. A Delegacia de Proteção ao Idoso costuma alertar os aposentados para que não assinem nenhum tipo de documento em branco para desconhecidos, nem mesmo para familiares, porque em muitos dos golpes tem sido constatado o envolvimento de parentes.

Os crimes relacionados ao empréstimo consignado já foram tema de uma audiência pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara Federal. Foi lá que parlamentares e representantes da Febraban e do Banco Central ouviram o relato de que em apenas uma praça de uma cidade no interior do Piauí existem 15 pontos de financiamento de crédito.

“Alguns corretores mal-intencionados aproveitam esse meio propício e

aliciam os idosos”, relatou à comissão o delegado Mauro André, titular da Delegacia de Proteção ao Idoso de Teresina. “Além do golpe por meio de falso contrato, existem os ‘cartõeseiros’, que se oferecem para ajudar o idoso na hora do saque das aposentadorias em caixas eletrônicos e acabam trocando o cartão do aposentado sem que ele perceba.”

“O crédito consignado aumenta a vulnerabilidade do idoso”, afirmou na audiência a presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Karla Giacomini. O problema é maior no Nordeste, onde 60% dos homens com mais de 60 anos ainda são analfabetos. “Temos que criar mecanismos eficazes de proteção aos idosos, como a blindagem de informações sobre a aposentadoria, e maior punição para os fraudadores.”

► Pauta no Congresso

Na Câmara Federal já tramitam dois projetos de lei do deputado Marllon Sampaio (PMDB-PI), que tentam estabelecer algumas regras novas para a concessão do crédito consignado. O PL 2.522/2011 determina que os trabalhadores e aposentados e pensionistas não poderão contratar operação com instituição durante o prazo de pagamento de operação anterior de mesma natureza, nem repactuar saldo de operações em curso. Já o PL 807/2011 torna crime o aliciamento de idoso para contrair empréstimos consignados e altera o Estatuto do Idoso para estipular uma pena de detenção de quatro a seis anos – e multa em

caso de aliciamento, indução ou instigação de idoso a contrair empréstimos de forma fraudulenta – e uma pena de reclusão, de três a dez anos – e multa para quem obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita em prejuízo do idoso. O parlamentar quer ainda que a Febraban e o INSS promovam campanhas publicitárias direcionadas aos idosos, orientando e alertando sobre os golpes do crédito consignado.

“O Banco Central tem, sempre que convidado, participado de audiências na Câmara dos Deputados, prestando os esclarecimentos necessários e se colocando aberto a receber e analisar as sugestões de aperfeiçoamento das normas”, esclarece Sérgio Odilon,

chefe do Departamento de Normas do BC. “A Resolução nº 4.035, de 30 de novembro de 2011, aperfeiçoa a regulamentação sobre os correspondentes no país.”

O artigo 12-A da nova norma, que altera parte da Resolução nº 3.954, determina que “para cada convênio celebrado visando a concessão de crédito com consignação em folha de pagamento, cujas propostas de operações sejam encaminhadas por correspondentes, a instituição financeira deve programar sistemática de monitoramento e controle acerca da viabilidade econômica do convênio, com a produção de relatórios gerenciais contemplando todas as receitas e

despesas envolvidas, tais como custo de captação, taxa de juros e remuneração paga ao correspondente sob qualquer forma, bem como prazos das operações, probabilidade de liquidação antecipada e de cessão e seus efeitos na rentabilidade”.

“O Banco Central já começou a regulamentar os ‘pastinhas’, mas é preciso mais”, critica o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Sérgio Belsito. “Existe uma relação de promiscuidade entre esse profissional e os bancos, o que faz o consumidor sempre sair perdendo.”

Idec: todo cuidado é pouco

A recomendação do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) ao trabalhador ou aposentado que necessita obter crédito consignado é solicitar por escrito à instituição financeira, onde recebe o salário ou a pensão, que respeite o seu direito de escolha. Caso a reivindicação não traga o efeito esperado, o consumidor pode ainda reclamar ao Procon, ao Banco Central e, em último caso, recorrer à Justiça.

Uma alternativa para o consumidor que está pagando empréstimo consignado realizado em determinada instituição financeira que detinha exclusividade com a empresa onde trabalha é recorrer à portabilidade de crédito. Com isso, ele pode migrar seu débito para outra instituição que cobre juros menores. A migração é feita sem custos tributários e de transferência bancária.

O Idec recomenda ao servidor ou aposentado que pesquise as taxas de juros, antes de contrair o empréstimo. As taxas de juros do crédito consignado devem ser sempre mais baixas que as praticadas no mercado. Afinal, como o desconto é feito diretamente na folha de pagamento do consumidor, o risco de inadimplência é mais baixo.

No caso dos funcionários de empresas privadas, há um risco decorrente da falta de estabilidade no emprego: se for demitido antes do término da amortização do crédito consignado, o consumidor terá de liquidar o empréstimo de uma vez, ou terá o crédito convertido às taxas de mercado, a não ser que o contrato preveja outra solução. Assim, trabalhadores da iniciativa privada devem tomar mais cuidado na hora de contratar esse tipo de crédito e prestar atenção ao que dispõe o contrato em caso de perda do emprego.



“Há muitos anos o BC já opera, de fato, com autonomia”

Desde que assumiu a presidência do Banco Central, há um ano, Alexandre Tombini não teve refresco: diante de um cenário econômico mundial extremamente grave, tomou medidas consideradas “pouco ortodoxas” pelo mercado, como a redução, em meio ponto percentual, da taxa Selic. Criticado por setores que defendiam um aperto fiscal mais expressivo para enfrentar as pressões inflacionárias, Tombini mostrou-se afinado com a equipe econômica, ao apostar na estabilidade monetária, sem abrir mão do crescimento. A aposta, ao que tudo indica, foi acertada e, hoje, até os mais céticos já trabalham com previsões menos catastrofistas.

Para conversar sobre esse e outros assuntos de interesse dos funcionários do Banco Central, a POR SINAL agendou uma entrevista com o presidente do BC, que gentilmente aceitou nos receber. Mas por motivos alheios à nossa vontade —uma agenda apertada diante de tantas demandas— sua assessoria nos ofereceu um esquema alternativo, com perguntas e respostas por escrito. Por conta dessa dinâmica, algumas questões que fazem parte da pauta de discussão do Sinal não puderam ser melhor exploradas. Vamos aproveitar as próximas edições para dar continuidade ao debate.

■ **O BC enfrentou uma série de incertezas ao longo deste ano, principalmente quando reduziu a taxa Selic, agora parece que os indicadores econômicos estão convergindo para as primeiras previsões anunciadas. Quais os principais desafios enfrentados neste primeiro ano de gestão em termos de política macroeconômica? Qual sua avaliação sobre os riscos para a estabilidade nos próximos anos?**

Terminamos 2010 e iniciamos o presente ano com um cenário macroeconômico complexo.

A inflação corrente mensal estava em patamar alto e em elevação. O crédito à pessoa física se expandia a um ritmo forte, com dilatação demasiada dos prazos de algumas modalidades de crédito ao consumo, com estruturas de garantia pouco adequadas. A economia brasileira também observava, no início do ano, um intenso e vultoso fluxo de

ingresso de capitais estrangeiros, parte dele caracterizado pela volatilidade.

Para fazer frente a esse cenário, o Banco Central adotou um conjunto de medidas no âmbito das políticas monetária e macroprudencial.

E o resultado é visível.

A inflação acumulada em 12 meses, como previsto pelo Banco Central, alcançou o nível máximo no terceiro trimestre, e desde outubro começou a recuar e, assim, a se deslocar na direção da trajetória de metas.

As medidas macroprudenciais contribuíram para manter o bom funcionamento dos nossos mercados no período recente de alta volatilidade no sistema financeiro internacional. O fluxo de capital volátil moderou, os prazos ampliaram-se, e a natureza do capital que ingressa agora é de melhor qualidade.

■ **Qual sua avaliação sobre o desenrolar da crise econômica internacional e respectivo impacto sobre a economia brasileira?**

O Banco Central alertou desde o início do ano quanto à complexidade do cenário econômico internacional, o qual apresentou uma substancial e generalizada deterioração a partir de meados do ano.

Há o esforço dos líderes europeus de coordenação na busca por soluções que, se alcançadas, reduzem as chances de acidentes de percurso, mas não interferem no cenário que se consolidou nos últimos meses de baixo crescimento para a economia global nos próximos anos.

Esse cenário internacional tem importantes e significativos impactos na dinâmica da atividade econômica e da inflação, por diferentes canais de transmissão. O Banco Central tem mantido um amplo e contínuo monitoramento e adotado medidas sempre que necessárias, visando mitigar esses impactos sobre a economia brasileira e assegurar a estabilidade dos preços e do sistema financeiro.



No ano 2000, 1.165 municípios brasileiros não contavam com qualquer tipo de estabelecimento que ofertasse serviço financeiro. Atualmente, todos os municípios contam com ao menos um tipo de estabelecimento que oferta esse serviço.

■ **O Banco Central vem atuando para ampliar o nível de inclusão financeira e realizou recentemente o III Fórum de Inclusão Financeira. De que maneira o Banco ainda pode contribuir para elevar os níveis de inclusão e de educação financeira no Brasil?**

Inclusão financeira é um tema da agenda prioritária do Banco Central há mais de dez anos. Começamos com um conceito mais restrito, que era o de microcrédito, ampliamos para microfinanças, e, com o desenvolvimento dos estudos, debates e das nossas ações, ampliamos o escopo para inclusão financeira.

A evolução da inclusão financeira nos últimos dez anos é impressionante. É o resultado concreto da combinação das nossas ações do Banco Central, de outros entes públicos e do desenvolvimento econômico e social que o Brasil observou nos últimos anos.

E o dado que expressa de forma mais clara essa evolução é a expansão da capilaridade da oferta de serviços financeiros nesse período. No ano 2000, 1.165 municípios brasileiros não contavam com qualquer tipo de estabelecimento que ofertasse serviço financeiro. Atualmente, todos os municípios contam com ao menos um tipo de estabelecimento que oferta esse serviço.

Isso não significa que o trabalho esteja concluído. Temos importantes desafios pela frente, como continuar aperfeiçoando os canais de acesso, adequando-os à nova realidade socioeconômica do nosso país e incorporando as novas tecnologias.

Contudo, é importante assegurar que o processo de inclusão continue avançando de forma segura, sustentável. E, para isso, é fundamental reforçarmos a “educação financeira”, que é também um tema prioritário da agenda do Banco Central.

■ **A redução do *spread* bancário ainda é o maior desafio do BC?**

Uma das missões do Banco Central do Brasil é assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente.

Para isso, adota um rol de políticas, ações e medidas, que envolvem aspectos de regulação prudencial, de regulamentação das atividades bancárias e de supervisão

das instituições financeiras. São inúmeras vertentes, que, combinadas, atuam no sentido de assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente.

■ **Qual sua opinião sobre a regulamentação do artigo 192 e a autonomia do Banco Central? É viável? Tem algum ganho para a política macro? E a ampliação dos objetivos do Banco Central, que tem sido objeto de alguns projetos de lei no Congresso?**

A presidente Dilma Rousseff conferiu autonomia operacional plena ao Banco Central para conduzir suas políticas, visando cumprir suas missões institucionais de assegurar estabilidade de preços e do sistema financeiro. E, na prática, há muitos anos o Banco Central do Brasil já opera com autonomia de fato.

Quanto às iniciativas legislativas em curso no Congresso Nacional, cabe aos parlamentares e, em última instância, à própria sociedade brasileira conduzir esse debate.

■ **Quais os principais desafios administrativos que a atual Diretoria enfrentou neste primeiro ano de gestão?**

O principal desafio administrativo de 2011 foi o risco operacional em recursos humanos (risco de RH).

O Banco Central do Brasil tem assumido cada vez mais novas e complexas atribuições, ao mesmo tempo em que seu quadro de recursos humanos sofre reduções em função de aposentadorias. Esse cenário tem exigido uma série de medidas, a fim de que possamos assegurar a não interrupção de nossas atividades e proceder a reposição gradual das perdas com a entrada de novos servidores. Para tanto, eu tenho pessoalmente empreendido ações junto às instâncias competentes, buscando mitigar esses riscos, e orientado os gestores do Banco a lançar mão de ações relacionadas com a otimização da alocação de recursos humanos.

■ **O Sinal entende que a ação do Banco Central é de vital importância para a sociedade e que exige quadros técnicos qualificados para garantir a execução de sua missão institucional. Para isso, os salários das carreiras do BC devem estar equiparados aos das carreiras de mesma importância do Poder Executivo, como os da Polícia Federal, Receita Federal e jurídicas, por mérito e pela relevância da ação**



de nossa instituição. Esse fato foi admitido pelo próprio secretário Duvanier nas negociações de 2008, mas os salários do Banco acabaram sendo classificados em terceiro lugar dentre essas carreiras. Essa classificação denigre a imagem de nossa instituição. Restaurar esse erro é missão para a qual desejamos contar com o apoio de sua Diretoria. Quais ações podem ser articuladas pela Diretoria do Banco para alcançarmos o topo da carreira do Executivo?

O Banco Central desempenha um importante papel na busca pela consolidação dos fundamentos macroeconômicos do país. Prova disso é o reconhecimento da sociedade pelo trabalho que temos desempenhado, assegurando o poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente. Nesta linha, o comprometimento cada vez maior do corpo funcional, associado ao amadurecimento institucional e à consolidação da nossa missão, já nos enquadra no topo das carreiras do Executivo. Esse reconhecimento certamente nos habilita a buscar as melhores condições de trabalho para o corpo funcional. Essas ações devem pautar-se pelo diálogo permanente entre as partes, respeitadas as eventuais restrições conjunturais.

■ **O que a administração do Banco Central pode fazer para mitigar a judicialização das demandas trabalhistas de seus funcionários? Há causas trabalhistas que já foram pagas por quase todos os órgãos do governo, mas não pelo Banco. Podemos reduzir esse passivo?**

A transição do Banco Central do regime celetista para o regime jurídico único deu-se em momento bastante distinto e posterior ao das demais instituições públicas, o que acabou tornando consideravelmente mais complexa a solução das demandas dos funcionários da Autarquia. Recentemente, constituímos Grupo de Trabalho específico para este fim e espero que possamos evoluir para a redução da litigiosidade.

■ **O Banco Central vem adotando política de concentrar suas atividades em Brasília, esvaziando as regionais, o que levará à extinção destas no futuro próximo. O Sinal acredita que isso afasta a ação institucional do BC da sociedade. Em diversos fóruns, principalmente no Parlamento brasileiro, temos ouvido reclamações em relação ao atendimento do Banco nas regionais. Qual sua avaliação sobre esta situação?**

Não estamos adotando qualquer política de centralização de atividades em Brasília, bem como não há qualquer diretriz ou determinação para que as regionais sejam esvaziadas. Pelo contrário, a orientação é de se buscar maior integração das ações da sede e regionais, de forma a melhor otimizar os recursos disponíveis.

■ **O Sinal tem se manifestado, reiteradamente, preocupado com a reposição dos quadros de servidores de nossa instituição, que reduz nossa capacidade de cumprir a missão institucional do Banco Central. Qual a ação de sua administração para superar esta dificuldade que se agrava a cada dia?**

Reitero que tenho pessoalmente empreendido ações junto às autoridades competentes para recomposição do quadro. Conseguimos recentemente a reposição das 17 vagas ocorridas no último concurso e estamos na expectativa da autorização de mais 25% de vagas adicionais. Ou seja, o Banco Central tem trabalhado incansavelmente para ressuprir seu quadro funcional.

■ **O Sinal combate questões de assédio no ambiente de trabalho e as considera assunto de extrema gravidade. Recentemente, o Sinal apresentou ao diretor de Administração proposta de “Política de prevenção e de combate ao assédio no ambiente de trabalho”. Quais medidas podem ser tomadas por sua administração para coibir práticas dessa natureza dentro do Banco Central?**

O assédio no ambiente de trabalho tem sido objeto de amplo debate, tanto na administração pública quanto na iniciativa privada. A Diretoria de Administração vem acompanhando e participando desse debate, visando a consolidação de uma política interna sobre o assunto. A propósito, o Planejamento Estratégico apontou a definição dessa política como uma ação prioritária.

■ **O assédio moral tem sido uma prática reiterada, também, nos empregados do sistema financeiro, alimentados pela necessidade de atingir metas de venda de produtos e serviços das instituições, gerando, até mesmo, risco de imagem para o sistema e realimentando as reclamações nos órgãos de defesa do consumidor. A quem caberia adotar providências no sentido de uma regulamentação a respeito?**

Entendo que esta questão se insere no contexto das relações de trabalho das instituições financeiras com seus respectivos empregados, não cabendo ao Banco Central como regulador do sistema financeiro nacional intervir.

■ **Em sua avaliação, o que podemos fazer para melhorar a relação da administração do Banco Central com a representação dos funcionários, o Sinal?**

É importante mantermos as portas do diálogo sempre abertas. Temos atendido a todas as demandas por interlocução das representações do funcionalismo do Banco Central, sem exceção. Entendo que o diálogo maduro e responsável é sempre construtivo. Na nossa visão, a consolidação de um Banco Central que atenda plenamente aos anseios da sociedade e que seja por ela reconhecido como de excelência passa por uma atuação harmônica do seu corpo funcional e da direção da instituição.

BASTA DE CONFISCO DA RENDA VIA AUMENTO DE JUROS: PELA MAIOR QUALIDADE DA POLÍTICA MONETÁRIA

JOSÉ PAULO VIEIRA – DESUP/AJSPA

RICARDO LUIS PICCOLI – DESUC/GTPAL

“A política de juros altos confisca rendas e empregos, reduz o crescimento, endivida o Estado para privilegiar os rentistas e onera exatamente aqueles que evoca proteger: os assalariados.”

O Brasil convive, desde há muito, com índices inadequadamente altos de miséria e desigualdade. Não obstante a miséria seja conhecida, mensurada e exaustivamente analisada, constitui-se numa chaga social muito mal resolvida. Décadas de pensamento econômico espelhado em modelos externos forjaram um Brasil grande, produtor, pujante, industrializado, todavia inserido em um arcabouço político baseado em desequilíbrios sociais, políticas feitas “a facção” e privilégios a alguns grupos que, supostamente, conduziram o país a esse estágio desenvolvido (econômico, apenas).

Foi desconsiderada a importância do desenvolvimento social, incluindo e instruindo cidadãos. O preço desse descuido pode ser visto “a céu aberto”: desequilíbrios e miséria (social e econômica) em um país profundamente desigual, condição que limita o crescimento e amplia a insegurança de todos. Esse é um dos motivos pelos quais a economia brasileira ficou semiestagnada por quase três décadas.

Alvissareiramente, o início do século mostra um avanço na condução da política econômica brasileira. Os principais indicadores macroeconômicos e sociais mostram uma melhora considerável, incluindo significativa

redução do índice de miséria, fato de notáveis consequências para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e desenvolvida.

Isso só se tornou possível graças a um enorme esforço governamental, em vários âmbitos da política econômica e social. No entanto, para que essas ações sejam sustentáveis, fazem-se imprescindíveis a contribuição e o respaldo da política monetária (responsabilidade do BC), dada sua participação fundamental no arcabouço político-econômico.

Também neste âmbito registrou-se um pequeno avanço. A figura abaixo registra que a TAXA DE JUROS tem se reduzido de forma consistente, embora gradativa, e que essa redução tem possibilitado o aumento das taxas de crescimento do PIB. Essa extraordinária melhora ocorreu sob absoluto controle da inflação, exceto pela recente e temporária recidiva, em 2010, devido à forte elevação dos preços das *commodities*.

Todavia, essa longa construção pode ser interrompida em 2011 se a alta da Selic não for logo revertida para taxas menores que 8,75%, nível que vigorou até 28/4/2010.

Portanto, o grande desafio próximo da política monetária brasileira é a mudança de qualidade, de modo que

elevações temporárias da inflação não sirvam de pretexto para frear o desenvolvimento. Cabe ganhar eficiência sob autonomia operacional harmonizada com a política maior requerida pela nação em seu processo político.

Há uma longa jornada a ser vencida. Os juros não permaneceriam elevados, durante tanto tempo, se não defendidos por fortíssimos interesses. Essa anomalia brasileira é fruto do trabalho, esmerado e diuturno, de grandes grupos financeiros e grandes aplicadores, analistas econômicos que os repercutem e grandes empresas de mídia, entre outros. Suas elaborações econômicas sustentam que o combate à inflação é uma prioridade absoluta e negam créditos à atual política de desmarginalização econômica. Alegam que o país não se preparou para sustentar o recente crescimento (via infraestrutura e regulação estatal) e que isso gerou um hiato: consumo e salários pressionando a inflação. Segundo esse modelo (hoje sob forte suspeita), o freio ao consumo, via aumento de juros, é o remédio essencial contra o descontrole inflacionário.

Sérgio Lamucci⁽¹⁾ denuncia a assimetria e a perversidade dessa análise: a redução da massa de miseráveis (de 30% em 2003 para 12% em 2011) gerou um contingente de cidadãos que, ao se integrar (minimamente) ao consumo, seria o responsável pela exacerbação inflacionária. Portanto, o remédio convencional se traduziria em devolver os novos consumistas à sua origem, em favor de uma discutível redução da inflação. E ainda afirmam que isso é o melhor para os pobres.

Mas será isso mesmo? Os cidadãos brasileiros têm de escolher entre inflação decente ou redução da pobreza?

Entre ganhos salariais com inflação alta ou amesquinha-mento do consumo assalariado com inflação adequada? Que a inflação é um mal que ataca os salários, não há quem discorde. Porém, faz-se totalmente oportuno pensar nas consequências da ideologia econômica monocórdia e desprovida de criatividade. A história econômica brasileira demonstra que esse tipo de política nunca resolveu a inflação (o Plano Real teve concepção diversa), apenas a adia, pela contração temporária do PIB. O que esta política lograva era um solavanco no PIB (denominado como *stop and go*) e a condenação do país ao “não crescimento sustentado”.

Esse modelo restringe os investimentos e a infraestrutura, cortando as pernas do crescimento, e reclama, necessariamente, um maior nível de miséria. A alta dos juros também atrai capitais forâneos, apreciando o real e atravancando nossa capacidade produtiva, com parcos efeitos na inflação e fortes prejuízos à economia. Aumentam tanto a dívida pública quanto as captações de grandes empresas e de parte seleta da população.

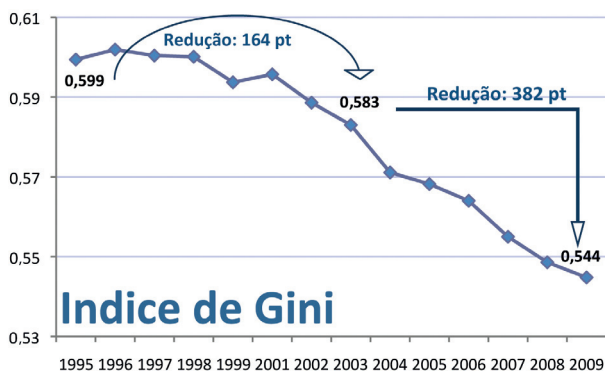
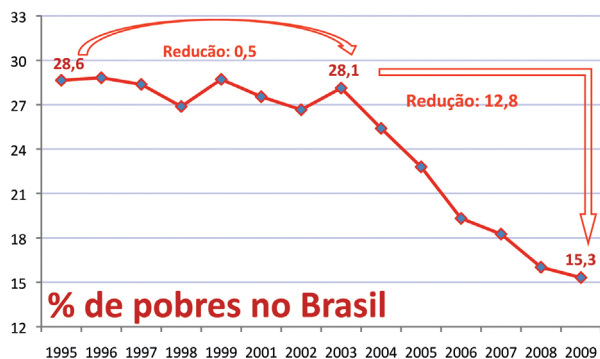
Dólares que alimentam

o consumo de uma camada privilegiada (turistas brasileiros vão gastar mais de US\$ 20 bilhões no exterior em 2011). Ao final, essa política *hawkish* faz um enorme confisco da renda, justamente dos assalariados, em favor de uma minoria, os credores da enorme e altamente rentável dívida pública.

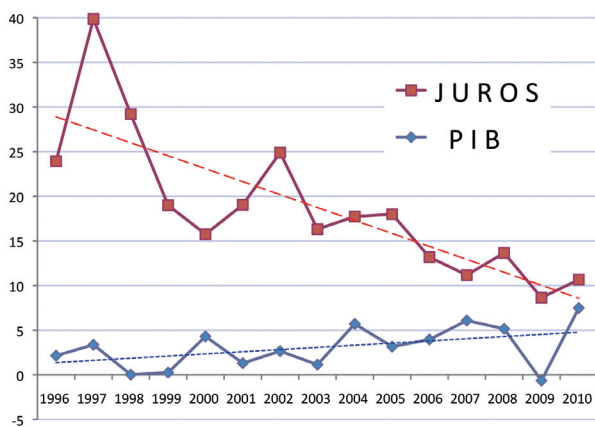
Não obstante todas as críticas contra o Programa Bolsa Família, do governo federal, são relativamente poucos os protestos contra o pagamento dos juros da dívida interna, cerca de 18 vezes maior do que o Bolsa Família em 2011. Serão cerca de R\$ 240 bilhões, ou seis vezes o orçamento para o



O aumento de juros tem efeito muito baixo na redução do consumo, porém muito forte em variáveis como endividamento e investimento



Fonte: CPS/FGV com microdados da PNAD, e Censos/IBGE, cf. elaboração de Marcelo Néri, Centro de Políticas Sociais, www.fgv.br/cps



Fonte: www.bcb.gov.br e www.peadata.gov.br; valores percentuais

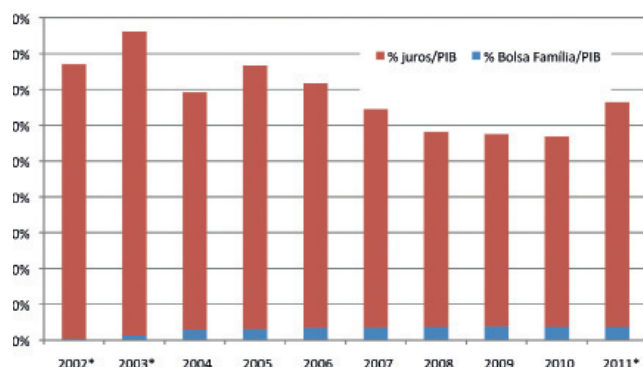
PAC (R\$ 40,6 bilhões em 2011), ou quase cinco vezes todo o extraordinário corte (R\$ 50 bi) do Orçamento Federal.

A ineficácia da política de altos juros no combate ao consumo e à inflação é demonstrada por Demian Fiocca⁽²⁾, dada a alta elasticidade da curva *juros vs consumo* no Brasil. O aumento de juros tem efeito muito baixo na redução do consumo, porém muito forte em variáveis como endividamento e investimento. Ademais, no Brasil, “cada alta dos juros em 1% expande a demanda agregada em 0,24% do PIB, pela maior injeção de dinheiro na economia, pago aos investidores de curto prazo”. Para que fique claro: **o aumento dos juros, ao remunerar aplicações de curto prazo, gera (mais um) aumento de poder de consumo de aplicadores privilegiados.**

Oportuno, por conseguinte, aprofundar a análise do quanto a redução da pobreza dinamiza a economia do país, em uma análise focada **no incentivo à produção interna** (gargalo real que provoca nossa inflação) e ao mercado doméstico, favorecendo a oferta a essa massa populacional e a todos os que necessitam/anseiam consumir. **Este é o modo mais “produtivo” de resolver a propalada pressão da demanda** (consumo).

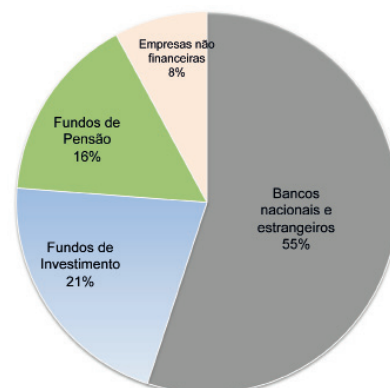
Em contrapartida a esse *mainstream*, fortemente influenciável a partir dos EUA e Europa, há que se adotar um modelo diverso, mais adequado à nossa realidade e à atual realidade econômica mundial. Muitos pensadores⁽³⁾ demonstram que a distribuição desigual da renda é o principal fator de não sustentabilidade do crescimento. Um modelo que distribua renda, que envolva os excluídos e reduza a pobreza, ou seja, um modelo realmente sustentável, social e economicamente. Um modelo com um Estado mais atuante, que forneça equilíbrio à economia. Que ataque os gargalos de produção (estrutural) e estimule o crescimento e o mercado (oferta e demanda) internos. Um novo balanço entre governo e mercado. Um modelo com base na “eficiência social”, não somente na “eficiência financeira”. Não um modelo Ricardiano (David Ricardo), o qual estimula a concentração e a crise, mas um modelo Braudeliano (Braudel e Wallerstein), mais sistêmico, social, distributivo. E, importante, esse modelo não passa pelo

Despesas em relação ao PIB



Fonte: dados BCB; elaboração própria

Credores da Dívida Interna



Fonte: dados BCB; elaboração própria

aumento de juros, confisco de renda e exclusão social. Em tempos de turbulência econômica mundial, crises frequentes e gigantescas, causadas por modelos irresponsáveis e por políticas de interesse de poucos, ousamos em dizer: por que não um modelo mais Keynesiano?⁽⁴⁾

Esse modelo deve considerar que, sem um melhor planejamento das nossas cadeias produtivas, educação básica e técnica, pesquisa e inovação, não abriremos oportunidades para a inclusão social e distribuição de renda e para evitar as crises. Sem harmonizarmos o Estado com o Mercado, restabelecendo o balanço social, não viabilizaremos maiores consumo e renda, sem inflação. Não estaremos considerando e priorizando a "eficiência social" do nosso modelo econômico, desmistificando crenças, construindo uma sociedade.

Portanto, embora dominante, o modelo apoiado na teoria de que os mercados devem ser desregulamentados **é o verdadeiro parteiro das crises**, como mais uma vez demonstrado, neste século, pelos EUA e Europa. É exatamente o exemplo que não deve ser seguido pelo Brasil, apesar dos persistentes defensores dos juros altos e da eficiência dos mercados. Em resumo: (i) tem efeitos contraproducentes, pois aumenta o poder de consumo das camadas privilegiadas através de dois canais, ao passo que ataca o consumo popular e da classe média; (ii) prejudica

a capacidade produtiva do país com o aumento do custo de capital e o barateamento do dólar; e (iii) prejudica o mercado interno, pela sua própria concepção de ataque ao consumo. Além disso, aumenta a dívida pública fragilizando o orçamento e aumenta os custos operacionais das empresas, o que também é contraproducente no que tange à inflação.

Por isso, nosso desafio é pensar o futuro, desencilhados dessa política econômica travestida de científica⁽⁵⁾. Mas começemos já a repensar esses modelos monetários que confiscam e concentram a renda, favorecem a "eficiência" do segmento financeiro, desprezam a eficiência social, afastam o Estado da Sociedade e do Mercado, geram crises que derrubam países e, invariavelmente, condenam os assalariados a pagá-las.

A verdadeira eficiência da política monetária estará em controlar a inflação sem comprometer os objetivos maiores da cidadania. ▀

(1) Lamucci, Sérgio. "Índice de miséria segue baixo no país, ainda estimulando o consumo"; Valor Econômico, 6/6/2011; (2) Fiocca, Demian. "Como reduzir o juro"; Valor Econômico, 14/7/2011 et "A Oferta de Moeda na Macroeconomia Keynesiana", Paz e Terra, 2000 (síntese da publicação); (3) Stiglitz, Joseph; Nazaro, Vicenç; Chang, Ha-Joon; entre outros; (4) Ricardo, David; Braudel, Fernand; Keynes, J.M. (síntese da biografia); (5) Netto, A. Delfim. "Pensar o Futuro"; Carta Capital, 6/7/2011.

UMA FAMÍLIA QUE CRESCER E FAZ CRESCER!



Consórcios



Seguro de Vida em Grupo
e Vida Master



PGAFI Assistência
Financeira



10 Filiadas (sedes recreativas,
colônias de pesca e férias)



Convênios e Serviços

E vem aí o novo Instituto FENASBAC.
Foco em excelência profissional. Prepare-se!

Decreto de inclusão social

Proposta de criação do Sistema Nacional de Finanças Solidárias vai ser entregue ao governo em fevereiro

ROSANE DE SOUZA

Se, de início, a experiência transgressora de criação do Banco Palmas e de uma moeda específica para uma comunidade pobre de Fortaleza, no Ceará, em 1998, foi vista com desconfiança pelo Banco Central, que jogou pesado para desestimular a iniciativa – movendo até mesmo processo judicial contra os autores da ideia –, hoje, o governo federal está consciente de que o segmento de finanças solidárias é a ponte segura para o desenvolvimento do país e a inclusão de 48% de brasileiros no sistema financeiro nacional, através da bancarização e do acesso ao crédito.

O ano 2012 vem sendo apontado como o de fortalecimento do segmento de microfinanças do Brasil, que finalmente terá a sua rede de bancos comunitários reconhecida por decreto presidencial. O coordenador do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, vinculado ao Ministério do Trabalho, Haroldo Mendonça,

revela que até fevereiro do próximo ano deve ser entregue ao governo federal uma proposta de criação do Sistema Nacional de Finanças Solidárias, que prevê o reconhecimento dos bancos comunitários, suas moedas, e dos fundos sociais. “A proposta está sendo elaborada por integrantes do Comitê Nacional dos Bancos Comunitários, da Rede Nacional dos Bancos Comunitários e da Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária)”, enfatiza.

Segundo o especialista do Ministério do Trabalho, a proposta entregue ao governo terá moldes semelhantes à que instituiu o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário (SCJS), em novembro de 2010, por meio do Decreto nº 7.358. Esse reconhecimento, na sua opinião, dará a base legal para posterior regulamentação das atividades do setor pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Portanto, a própria realidade conspira em favor

dos atuais 66 bancos comunitários existentes no país. “A meta é atingir 200 bancos comunitários, entre 2012 e 2015”, assinala.

► Autocrítica pública

Pesquisa realizada pela Universidade Federal do Ceará (UFCE), no ano passado, para avaliar o impacto do Banco Palmas, a primeira iniciativa de uma instituição financeira do tipo comunitário no país, mostrou que 90% dos entrevistados melhoraram sua condição de vida, seja através de emprego local (25%), seja por meio da abertura de um pequeno negócio (23%). O banco criado por um ex-seminarista no Conjunto Palmeira, antes visto como um lugar perigoso e habitado por marginais, impulsionou a economia local de tal forma que aumentou em 80% as vendas do comércio, gerou 2,2 mil postos de trabalho e fortaleceu a iniciativa de criação de diversas empresas comunitárias.

Hoje, referência no Brasil, o Banco Palmas atende as comunidades do Conjunto Palmeira, Maria Tomázia, Jagatá, Santa Filomena e Sítio São João, no Ceará, totalizando 90 mil habitantes, e coordena uma parceria com outras 66 instituições semelhantes em 12 estados, ao disseminar a metodologia acumulada de inclusão e de desenvolvimento social e apontar novos caminhos para o próprio sistema financeiro nacional. Até julho deste ano, a instituição, que atua como correspondente bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, já havia concedido 3.024 linhas de crédito, no valor total de R\$ 1,7 milhão, a juros de 2,78%.

Foi essa experiência inovadora de inclusão financeira e sua multiplicação em bancos comunitários semelhantes em diversas comunidades pobres que o BC passou a acompanhar, a partir de 2009. O Banco criou um grupo interno de discussão sobre o tema, realizou vários fóruns sobre o assunto e começou a contribuir para a elaboração de um marco regulatório para o segmento, reconhecendo, enfim, a sua importância.

No III Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, realizado em Brasília de 21 a 23 de novembro, o presidente do BC, Alexandre Tombini, lançou o programa Parceria Nacional para Inclusão Financeira Inovadora do G20, com vistas a aprimorar esse marco regulatório inédito no país. Ou seja, o BC faz publicamente autocrítica de sua atuação passada, reconhece a dificuldade do sistema financeiro tradicional de agregar uma parcela



Inauguração Banco Comunitário Cidade de Deus, no Rio de Janeiro

expressiva dos mais de 190 milhões de brasileiros e a importância das instituições que atuam diretamente com os excluídos dos serviços financeiros e bancários.

Até agora, porém, por falta de uma política de economia solidária consistente, os bancos comunitários atuam com muitas restrições, segundo Joaquim Melo, coordenador-geral do Instituto Palmas. “Como não são reconhecidos, eles não podem captar poupança, ter cheques, recolher recursos dos depósitos compulsórios, pagar programas voltados ao próprio público-alvo, a exemplo do Bolsa Família, ou atuar como agentes de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)”, afirma.

A falta de reconhecimento limita a atuação desses bancos à oferta de crédito e atuação como correspondentes bancários. “É uma limitação

da economia solidária como um todo no Brasil. Por exemplo: há um grupo de cinco jovens com dificuldades para registrar sua empresa de limpeza, a Palmalimp, porque não se trata de uma microempresa, mas, sim, de um colegiado”, explica o coordenador.

► Crescer sem chegar aos pobres?

Joaquim revelou, ainda, que neste exato momento está sendo realizada uma campanha em todos os estados de elaboração conjunta de uma lei de iniciativa popular que assegure o reconhecimento do segmento de economia solidária, assim como vem sendo discutida com o BC a normatização das moedas sociais circulantes no país. Na Venezuela, segundo ele, já estão registrados 3.600 bancos comunitários, porque a iniciativa foi incentivada pelo estado, a partir do estabelecimento



Banco Palmas, o mais antigo no Brasil

de um marco legal, a Lei dos Bancos Comunitais, aprovada há três anos. Os bancos venezuelanos foram criados a partir da observação e do estudo do Banco Palmas.

No Brasil, as assinaturas de 1,3 milhão de eleitores vão contribuir para consolidar a proposta de lei de criação da Política Nacional de Economia Solidária e do Fundo Nacional de Economia Solidária. O texto, delineado pelo Conselho Nacional de Economia Solidária, em parceria com vários setores da sociedade e do próprio governo, pode ser acessado no site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária: <http://www.fbes.org.br>.

Sem lei específica, os bancos comunitários não podem atuar, por exemplo, no Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (Crescer), a juros bem abaixo do mercado, instituído pelo governo de Dilma Rousseff.

Essa restrição faz com que 48% dos brasileiros continuem sem acesso a serviços financeiros e bancários, um exército com renda de até R\$ 360 por mês. “Os recursos do Programa Crescer vão ser distribuídos entre bancos oficiais e, por isso, não vão chegar aos mais pobres, pelo simples fato de não haver tráfego entre eles. Os grandes bancos não possuem vocação para se instalar em territórios de baixa renda”, diz Joaquim Melo, acrescentando que os 66 bancos comunitários também não podem fazê-lo, porque não são reconhecidos oficialmente.

O coordenador do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário esclarece que já estava previsto que o Programa Crescer seria especialmente feito para os bancos estatais, em sua primeira fase. Contudo, a partir de dois termos de cooperação, a serem assinados entre o Ministério do Trabalho, o

BC e a Caixa Econômica, pelo menos, bancos comunitários de quatro estados estarão aptos, como correspondentes bancários, a distribuir os recursos do Crescer, até mesmo porque a lei que instituiu o microcrédito produtivo orientado reconhece as ONGs e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) de créditos populares. “O Banco Palmas e outros semelhantes dos estados do Amazonas, Acre e Pará serão os primeiros a receber os recursos do programa”, assinala Mendonça.

► Desmonte da armadilha

Antes mesmo da decisão de reconhecer os bancos comunitários por decreto, a deputada Luiza Erundina (PSB-SP) encaminhou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 93/2007 para desmontar a armadilha que impede o florescimento das instituições de crédito populares. Seu texto estabelece, entre outras coisas, a criação do segmento nacional de finanças populares e solidárias, possibilitando a esses bancos fazerem a cobertura de serviços financeiros básicos, como pagamento de contas e pequenos financiamentos.

O projeto não saiu das mãos do seu relator, o deputado Eudes Xavier (PT-CE), da Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados, que apoia a iniciativa, mas ainda não visualizou um ambiente favorável à sua tramitação. De acordo com a assessoria política da deputada, o projeto foi retirado de pauta diversas vezes, diante das resistências encontradas, até mesmo

da Secretaria do Tesouro, do BC e do Banco do Brasil.

Além de criar os Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário (BPDS), habilitados a prestar diversos serviços financeiros nas condições e limites fixados pelo Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias (Conafis), com representação do governo, da sociedade civil e do BC, o projeto autoriza esses bancos a emitir moedas sociais de circulação restrita à sua área de atuação, bem como captar poupança e emprestar esses recursos. “Antes de prestar os serviços financeiros, os bancos populares terão de se consolidar, para que os maus resultados não recaiam sobre a população a quem, em tese, deveriam propiciar melhorias socioeconômicas”, adverte Luiza Erundina.

► Marco legal do desenvolvimento

“Esse marco legal é fundamental para o crescimento desses bancos”, afirma o coordenador do Instituto Palmas, para quem o bom diálogo hoje existente com o BC torna possível a normatização do sistema das novas moedas que circulam no Brasil, a curto prazo. Dentro do Banco, uma equipe de funcionários que se criou com a estabilidade monetária não só vê com bons olhos a criação de um marco regulatório apropriado para as atividades das finanças solidárias, como também acredita que essa pode ser a condição essencial para promover a erradicação da pobreza e o desenvolvimento do país.

Ao longo dos dez capítulos do livro “Desafios do Sistema Financeiro

Nacional”, organizado por José Renato Nunes Barros e Alessandra von Borowski Dodl, os autores, a maioria servidores do BC de vários departamentos, tentam suscitar o debate sobre os problemas que acreditam serem decorrentes da prolongada, restrita e obsessiva ênfase na estabilidade monetária e financeira.

No prefácio do livro, lançado em abril deste ano, a jornalista Miriam Leitão, colunista de economia do jornal O Globo, diz que o subtexto implícito em cada um dos artigos é o de que

a inclusão de parcela expressiva dos brasileiros ao sistema financeiro deve ser meta do desenvolvimento. “O Brasil está num momento tecnológico propício, potencializado pela estabilidade e pela abrangente tecnologia de informação e comunicação disponível, para o desenvolvimento financeiro”, afirma Alessandra von Borowski Dodl, economista e analista do BC, acrescentando que a estabilidade financeira não é uma variável única. “Para ser eficiente, o sistema financeiro brasileiro tem de se expor mais.” ✓

Moeda social em comunidade carioca

O perfil dos bancos comunitários é de operação com duas moedas. O Banco Palmas, por exemplo, trabalha com o real e o palma. Essa moeda social só foi reconhecida para os casos de crédito ao consumo, depois de um acordo com o BC. Este foi necessário, porque, sem permissão legal, o uso da moeda social podia até mesmo ser caracterizado como crime, previsto no Código Penal.

A 66ª instituição financeira semelhante foi inaugurada em setembro, no bairro Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico local. O novo banco comunitário opera com sua própria moeda – a CDD –, com a qual os moradores são estimulados a fazer suas compras na própria comunidade, atraídos por descontos médios de até 10%.

O mais novo banco comunitário nasceu de uma articulação governamental, envolvendo as secretarias de Desenvolvimento Econômico Solidário da Prefeitura do Rio (Sedes) e Nacional de Economia Solidária (Senaes), o Ministério do Trabalho e Emprego e recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça. Mas a decisão de criá-lo nasceu da própria comunidade, que também escolheu democraticamente o seu nome e resolveu ilustrar as cédulas de 0,50, 1, 2, 5 e 10 CDDs com fotos de figuras notáveis do bairro. A administração do banco, que é autogestionária, foi entregue, por eleição, à Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local.

Finanças solidárias, um exemplo de criatividade

MARUSA VASCONCELOS FREIRE*

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (United Nation Conference on Trade and Development – UNCTAD), no último relatório publicado sobre a economia criativa (Creative Economy: A Feasible Development Option), reconheceu a existência de um ambiente favorável ao desenvolvimento de alternativas não tradicionais para o financiamento de transações comerciais e apresentou as moedas sociais circulantes locais, criadas no âmbito dos programas de finanças solidárias com base em bancos comunitários no Brasil, como exemplo de economia criativa. Este breve artigo contextualiza a Ação Nacional de Fomento às Finanças Solidárias e destaca alguns aspectos que revelam a criatividade da experimentação de bancos comunitários e moedas sociais circulantes locais como instrumentos alternativos de democratização do acesso ao crédito.

As finanças solidárias têm sido estimuladas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio de políticas públicas nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), alinhadas com as estratégias do governo federal para eliminar a pobreza e promover o desenvolvimento territorial descentralizado, inclusivo e sustentável. O apoio oficial do governo federal às finanças solidárias, aos bancos comunitários, às moedas sociais circulantes locais e a outras formas criativas de acesso ao crédito encontra-se formalmente registrado no documento final da I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília, nos dias 26 a 29 de junho de 2006.

Situada no âmbito do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, a Ação Nacional de Fomento às Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários é uma atividade prevista no Anexo I da Lei 11.653, de 7 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 do governo federal. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários de pequeno porte e o desenvolvimento das comunidades pobres por meio de atividades de geração de trabalho e renda. Atualmente, 63 bancos comunitários já foram implantados ou estão em fase de implantação. A partir de ações e programas contidos no PPA 2012-2015 do governo federal, a previsão é de que pelo menos mais 200 bancos comunitários sejam criados durante o período em referência.

Além de representar uma alternativa para promover a inclusão financeira por meio da democratização de acesso ao crédito, as finanças solidárias apresentam potencial para promover o desenvolvimento territorial das comunidades pobres, nas quais vivem pessoas (em geral as mais pobres dentre os pobres) que até o momento não são sequer consideradas clientes potenciais a serem alcançados pelas instituições financeiras reguladas e supervisionadas pelo Banco Central. Por esse motivo, as finanças solidárias também são ferramentas encontradas na execução de outras políticas do governo federal, que têm por finalidade promover o desenvolvimento territorial sustentável, com base em princípios da economia solidária e do Estado Democrático de Direito.

As instituições mais utilizadas nos programas de finanças solidárias são as cooperativas de crédito solidário, os bancos comunitários, as moedas sociais circulantes locais e os fundos solidários. A criatividade dessas instituições pode ser percebida pela sua organização em redes horizontais de cooperação e a partir da observação de alguns

aspectos que podem ser destacados nas experiências dos bancos comunitários e das moedas sociais circulantes locais em curso no Brasil, envolvendo parcerias inovadoras entre o setor público, o setor privado empresarial e a sociedade civil.

Um banco comunitário não é uma instituição financeira, mas uma associação comunitária sem fins lucrativos. Ou seja, uma organização não governamental (ONG), a qual pode ser ou não qualificada como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) na forma prevista pela Lei 9.790, de 23 de março de 1999, que expressamente prevê a existência de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham por finalidade a experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito (art. 3º, IX).

A experimentação não lucrativa de sistemas alternativos de produção, comércio e crédito pelos bancos comunitários, embora não regulamentada, tem por objetivo promover os valores e interesses comunitários. Em geral,



essas organizações são articuladas com base em quatro pilares: a) são correspondentes de instituição bancária; b) oferecem empréstimos a taxas diferenciadas para atividades produtivas, em alguns casos com recursos do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); c) oferecem empréstimos ao consumidor sem juros, quando utilizam um sistema de moeda social circulante local sustentado por descontos oferecidos por uma rede de comerciantes locais associados ao sistema com o fim de estimular a circulação de bens e serviços na comunidade; d) prestam serviços de treinamento e capacitação de membros da comunidade com vistas a promover educação financeira e o desenvolvimento econômico local de acordo com os princípios da economia solidária.

Como correspondentes das instituições bancárias, os bancos comunitários atuam por conta e sob a orientação da instituição financeira contratante, a qual é inteiramente responsável pelos serviços prestados pelo contratado e deve garantir a integridade, a confiabilidade, a segurança

e o sigilo das transações realizadas por meio dos seus correspondentes, conforme dispõe o art. 2º da Resolução 3.954, de 24 de fevereiro de 2011, do Conselho Monetário Nacional. Quando ofertam empréstimos, os bancos comunitários também se relacionam contratualmente com instituições financeiras, órgãos públicos e outras entidades nas formas previstas na legislação aplicável à matéria em razão da origem ou natureza dos recursos envolvidos.

A moeda social, apesar do termo “moeda” em sua denominação, é uma ferramenta das finanças solidárias que é utilizada pelos bancos comunitários com o fim de aumentar a circulação de riqueza em uma comunidade mediante o aumento da quantidade de transações realizadas por uma rede de empresários credenciados no comércio local. Não se trata, portanto, de dinheiro, mas de instrumento de desenvolvimento local e de inclusão social que conta com o apoio de políticas públicas de economia solidária. Sua

utilização pode ocorrer de diversas formas. No caso do método difundido pelo Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (banco comunitário Palmas), o mais utilizado no Brasil, a moeda social corresponde a um bônus ou cupom de desconto: os membros da comunidade podem trocar real pela moeda social em um banco comunitário e utilizá-la para adquirir com desconto mercadorias e serviços oferecidos na localidade. Os comerciantes e prestadores de serviços cadastrados no banco comunitário recebem a moeda social circulante local

e, quando necessário, realizam sua troca pelo real por meio do banco comunitário.

De acordo com esse modelo, a moeda social circulante local funciona apenas como um instrumento facilitador de trocas. Logo, sua finalidade não é especulativa (não envolve a negociação por dinheiro) e essa limitação da moeda social deve ser levada ao conhecimento dos participantes dos programas de finanças solidárias de forma bastante clara e transparente. É importante esclarecer ainda que



**A moeda social
não é dinheiro,
mas instrumento
de desenvolvimento
local e de inclusão
social que conta
com o apoio de
políticas públicas de
economia solidária.**

ninguém pode ser obrigado a aceitar uma moeda social ou a participar de um sistema de moedas sociais, pois elas não têm curso forçado, nem poder liberatório assegurado por lei. A emissão e o uso da moeda social também não podem restringir ou recusar, de forma alguma, a circulação e a aceitação da moeda de curso legal (art. 1º do Decreto-lei 857, de 11 de setembro de 1969).

Além disso, não há, nem deve haver, qualquer garantia ou participação direta do governo ou de órgãos públicos na emissão e circulação das moedas sociais. O sucesso do programa depende exclusivamente do grau de confiança na comunidade que participa e administra o banco comunitário. Mesmo nos casos em que o uso da moeda social seja incentivado por órgãos públicos e entidades de fomento, por meio de parcerias com o banco comunitário, é preciso observar que a moeda social não substitui integralmente o dinheiro, nem possui natureza salarial ou financeira. Dessa maneira, sem autorização legal, órgãos públicos e entidades de fomento não podem, em princípio, utilizar moedas sociais para quitar obrigações pecuniárias sob sua responsabilidade, que devam ser pagas com a moeda oficial.

Para assegurar um alto grau de confiança, aqueles que estimulam e organizam instituições de finanças solidárias ou participam de um sistema de moedas sociais circulantes locais não podem violar as disposições estabelecidas no ordenamento jurídico vigente e devem manter um elevado padrão ético em defesa dos legítimos interesses e valores comunitários. Por essa razão, devem adotar as devidas providências no sentido de dar transparência às regras de estruturação, organização e funcionamento do programa e afastar-se de condutas e práticas que possam ser confundidas com a obtenção ou com a tentativa de obtenção de ganhos ilícitos mediante especulação ou processos fraudulentos, característicos de crime contra a economia popular (art. 2º, IX, da Lei 1.521, de 26 de dezembro de 1951).

No que se refere à aparência, a moeda social não pode assemelhar-se a cédulas de papel-moeda ou a moedas metálicas, nem ser capaz de levar pessoa inexperiente a

confundi-la com a moeda de curso legal (dinheiro), considerando as disposições do art. 13 da Lei 4.511, de 1º de dezembro de 1964, e do art. 44 da Lei das Contravenções Penais (Decreto-lei 3.688, de 3 de outubro de 1941), bem como o crime de moeda falsa, previsto no Código Penal em seu art. 289. Por último, as notas de moeda social não podem conter ou implicar promessa de pagamento em dinheiro ao portador, para que se evite o enquadramento no crime de emissão de título ao portador sem permissão legal, previsto no Código Penal (art. 292).

Como se pode verificar, o desenvolvimento de instituições criativas, fundadas nos valores sociais do trabalho e na livre iniciativa, que promovam a inclusão financeira da população e a reprodução, nos territórios, de experiências de sucesso, adaptando-as às realidades locais tem sido de extrema importância para os objetivos do governo federal de eliminar a pobreza. Embora esta não seja uma tarefa fácil, ela poderá ser alcançada com um pouco de criatividade, conhecimento jurídico e novas tecnologias de informação e comunicação.

De fato, os sistemas de moedas sociais circulantes locais e de cofinanciamento em redes horizontais de cooperação podem ser estruturados e organizados juridicamente para serem utilizados de forma complementar aos produtos e serviços financeiros, mobilizando recursos disponíveis (públicos, privados e comunitários) e os redirecionando para iniciativas que promovam o desenvolvimento das economias locais e atendam às necessidades de crédito que atualmente não são adequadamente atendidas pelas instituições dos sistemas financeiros nacionais.

Por esse motivo, é preciso apoio institucional para garantir o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das instituições de finanças solidárias em conformidade com o ordenamento jurídico vigente e, dessa maneira, contribuir para o sucesso das ações estratégicas do governo federal para eliminar a pobreza, promovendo a inclusão financeira e o desenvolvimento territorial. ✓

*Procuradora do Banco Central, doutora em Direito, Estado e Constituição pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília

Ronaldo Vulcão, um homem que vale milhões

Funcionário do Banco Central desde 5 de agosto de 1976, quando disputou uma das dez vagas em concurso com mais de 1.200 candidatos, Ronaldo Vulcão é um funcionário exemplar: não há registros de falta, nem por doença, em seu currículo de trabalho. “Eu sou o único”, orgulha-se. Aliás, o seu horário formal de chegada ao trabalho é às 8h. Mas, pontualmente, ele está lá, no centro de Belém, capital do Pará, uma hora antes, para executar a tarefa cotidiana de abrir a Casa Forte, com mais 13 funcionários, e pagar e

receber “alívio e reforço de custódia”, operação realizada com o Banco do Brasil. “No início, éramos dez, e logo no terceiro mês de trabalho fui escolhido para ser chefe de mesa, o funcionário que recebia o dinheiro do chefe imediato e distribuía para a contagem”, explica

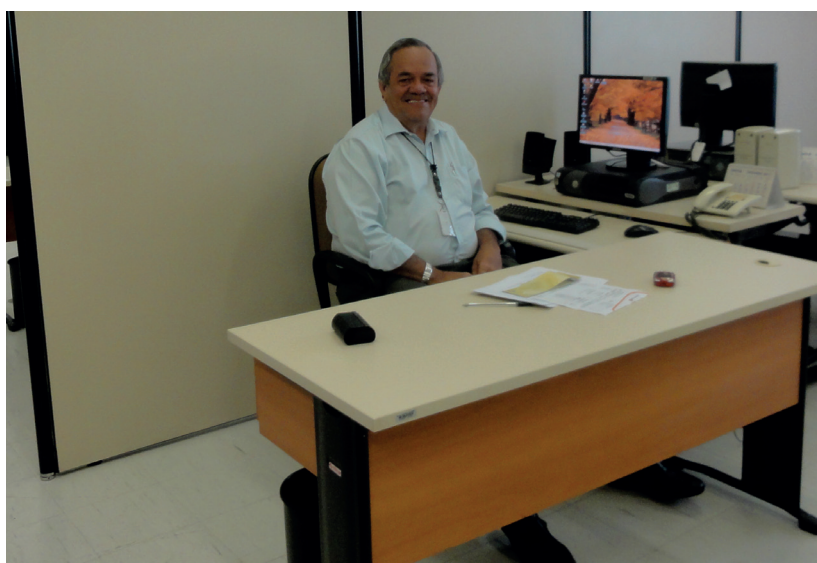
Essa dedicação transformou Ronaldo em funcionário da máxima confiança, no homem que cuida da segurança do cofre em Belém, tarefa que se tornou importante dentro da instituição financeira, particularmente,

após o segundo maior assalto a banco do mundo, o do cofre do BC em Fortaleza, por coincidência, também no mês de agosto – só que no ano 2005 –, de onde foram levadas 3,5 toneladas de notas. “Aqui, na Casa Forte, não entra nem barata sem que sua presença seja notada pelo detector de movimento”, avisa.

► Torcedor esquisito

Ronaldo Vulcão exerce a mesma atividade iniciada há 35 anos, e com prazer. Ele conta, por exemplo, que se aposentou há um ano e 8 meses, mas “faz um ano que voltei ao BC”, diz, com simplicidade, acrescentando que sempre trabalhou no Meio Circulante. Aos 62 anos, casado com Eliete, funcionária aposentada do BC, um casal de filhos criado – Daniel, 32 anos, publicitário; e Alessandra, 29 anos, médica cirurgiã –, Ronaldo ainda encontra tempo para se dedicar aos seus esportes preferidos: o futebol de campo e de salão. Mas já foi remador por dez anos. “Fui nove vezes campeão no Pará e representante do estado na Copa Norte de Remo”, enfatiza.

Ronaldo, porém, é um torcedor meio bizarro. Afinal, coleciona cinco times do coração, pela ordem de afeto: Payssandu, Botafogo, Corinthians, Internacional e Cruzeiro. “Mas se jogar Internacional e Payssandu, eu torço pelo time da terra”, explica, sem esconder a admiração também pelo Fluminense. “Em 1976, eu fui ao Rio visitar um irmão, hoje apo-



sentado da Marinha, que é tricolor, e nós fomos ver o jogo Fluminense x Botafogo. Naquela época, o time era uma máquina, com Rivelino, Dirceu e Manfrini. Resultado: o Botafogo foi goleado por 5 a 1”, relembra.

Outra quedinha pelo tricolor carioca o servidor do BC demonstra ao contar uma história familiar. Depois de afirmar que seu principal hobby é colecionar camisas e shorts de times do Brasil inteiro, confidencia que seu

filho, hoje morando em São Paulo, pediu uma delas e escolheu justamente a do Fluminense: “Não sou fanático”, observa ele, que costuma chamar todos de irmão e irmã, acostumado com o tratamento comum entre os fiéis da Igreja Adventista do Sétimo Dia, que frequenta desde antes de entrar no Banco. “Tudo que eu tenho hoje, agradeço a Deus e, depois, ao BC”, finaliza. ✓

RECEITA AMARGA PARA ENFRENTAR A CRISE

Mais do que reajuste, os funcionários do BC têm cobrado do governo a definição de uma política salarial clara para os servidores públicos, como a que existe para o salário mínimo

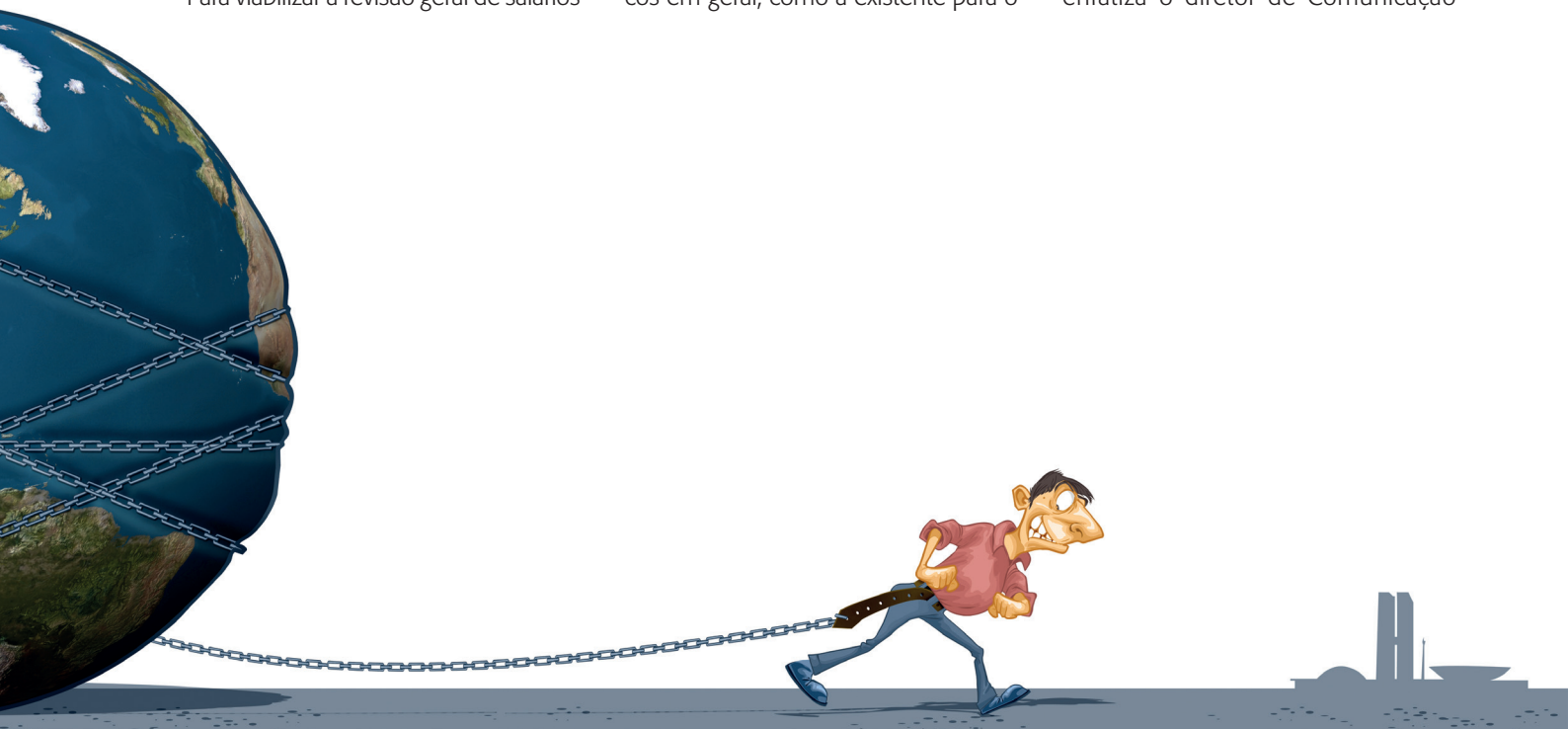
O funcionalismo público está sendo convocado, de novo, a pagar a conta. Desta vez, de um possível contágio da crise financeira internacional, que afeta mais seriamente, até agora, as economias europeias. Se depender do governo, os servidores não terão qualquer reajuste em seus salários, em 2012. Nem sequer está prevista a reposição das perdas provocadas pela inflação na proposta de orçamento para o próximo ano, enviada pela presidente Dilma ao Congresso Nacional. Para viabilizar a revisão geral de salários

e pensões, segundo os preceitos da Lei 10.331/2001 e o artigo 78 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), são necessários não só a alocação de recursos na Proposta Orçamentária do ano seguinte, como também o envio de projetos de lei com esse objetivo, até o último dia de agosto, o que não aconteceu.

Mais do que reajuste, os funcionários do Banco Central têm cobrado do governo a definição de uma política salarial clara para os servidores públicos em geral, como a existente para o

salário mínimo, cujos aumentos anuais são definidos com base na inflação do período, mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. Contudo, a única resposta que receberam foi que o ex-presidente Lula já concedeu aumentos nos últimos anos. "Só que, de 2008 até agora, as nossas perdas salariais já chegaram a 21%", revela Sérgio Belsito, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal).

"Já são dois anos sem nada", enfatiza o diretor de Comunicação



da entidade, Alexandre Wehby, para quem a crise econômica internacional tem passado ao largo do Brasil: "O país aumentou a arrecadação, terá mais de 10% de receita real, fechará o ano com superávit, vem reduzindo os juros e tem boa política monetária, mas nenhuma para os servidores de carreiras típicas do Estado."

Para Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), a única chance de os funcionários do BC tentarem embutir aumento de salários no próximo ano é aproveitar a brecha da discussão sobre o aumento dos servidores do Judiciário. Mas, segundo Belsito, nem mesmo os R\$ 2 bilhões estão garantidos para pagar o reajuste desses servidores.

► Reação dos servidores

A perspectiva de mais um ano sem aumento foi abordada em artigo assinado por Toninho, no qual lembra que a política de remuneração de pessoal na gestão do presidente Lula reestruturou diversas carreiras e atualizou quase 100% das remunerações dos servidores federais nos três poderes, inclusive os militares, o que tornou os salários do serviço público compatíveis com os praticados no setor privado. "Entretanto, a presidente Dilma vai para o segundo ano sem atualização salarial das carreiras de Estado", afirma.

O especialista do Diap esclarece que a Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso X, estabelece que "a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o parágrafo

4º do artigo 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices".

Além disso, a Lei 10.331, de 18 de dezembro de 2001, que regulamentou o inciso X do artigo 37 da Constituição, determinou que "as remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das autarquias e fundações públicas federais, serão revistos no mês de janeiro, sem distinção de índices, extensivos aos proventos da inatividade e das pensões".

Entretanto, para fazer valer seus direitos, os servidores e suas entidades precisam reagir. "Seja exigindo do governo mudanças na LDO, para permitir o envio de projeto atualizando os salários em 2012, seja provocando o Judiciário para suprir a omissão do Poder Executivo, que não repõe o poder de compra dos salários, como mandam a Constituição e a lei. Se não reagirem, só haverá perspectiva de reajuste em 2013", profetiza Toninho.

► Estudo aponta defasagem

Dois anos são mais do que suficientes para que os salários dos funcionários públicos se tornem de novo defasados, devido à falta de uma política definida, seja ela qual for, de remuneração. "Quanto mais o tempo passa, mais difícil se torna explicar para a sociedade os índices de aumento que reivindicamos", diz Belsito. Estudo realizado por servidores do BC, com base em

diversos índices de inflação, aponta a necessidade de um aumento de 20,2% em outubro de 2011, para que os salários chegassem aos mesmos níveis de julho de 2008, data em que os empregados do Banco receberam a primeira parcela de reajuste de negociação anterior.

A perda de 20% foi calculada com base no IPCA, índice oficial da inflação. "Se a conta for feita pelo IGP-DI, mais utilizado para contratos de serviços, as perdas atingem 21,2%", revela Edilson Rodrigues, diretor de Estudos Técnicos do Sinal. "Nós estamos pedindo um reajuste emergencial de 15%, para recompor parte das perdas com a inflação", assinala Belsito, lembrando que o governo não acena nem mesmo com a regulamentação do artigo 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê expressamente o direito dos servidores públicos à negociação coletiva. "Se isso não acontecer até meados do próximo ano, a OIT pode até mesmo não revalidar mais a aceitação, pelo Brasil, da convenção internacional", explica.

O presidente do Sinal diz que, na verdade, os empregados do BC buscam equiparar seus salários ao topo de linha do Executivo, ou seja, receber a mesma remuneração do maior salário de carreira do Estado, paga aos servidores da Polícia e da Receita Federal. "Eles dizem, no entanto, que a Receita arrecada e a gente só gasta. Esquecem que o BC é o órgão mais solicitado nas crises, exatamente para combatê-las e impedir que o governo saia perdendo", finaliza Belsito. ▀

Bancos verdes: ficção ou realidade?



Os maiores bancos privados que atuam no Brasil nem sempre são transparentes no compromisso com a sustentabilidade ambiental numa de suas principais ações: a liberação de crédito. A conclusão é extraída de uma pesquisa do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVCes). Outro trabalho, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), destaca que a preocupação com a saúde do Planeta é uma questão mais de propaganda para as instituições financeiras. Apesar das novas regras do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) para coibir o *greenwashing*, em que o discurso da sustentabilidade não tem correspondência em práticas sustentáveis, não há sinais de mudança nos comerciais ou nos portais dos bancos na internet.

O portal do Santander exibe, com orgulho, a sede administrativa reconhecida internacionalmente como prédio ecoeficiente e oferece seu conhecimento no mercado de crédito de carbono para assessorar a estruturação financeira de empresas interessadas em comprar e comercializar os CERs. O Itaú, por sua vez, alardeia o lançamento de um fundo com cotas na bolsa atreladas ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). O HSBC anuncia, no link http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/sustentabilidade/negocios-sustentaveis?WT.ac=HBBR_SHDS301, que a concessão de crédito responsável e o gerenciamento de impactos fazem parte de suas iniciativas. Já o Bradesco, que tem a página Banco do

Planeta na internet, ostenta o quarto lugar na lista das 500 empresas mais verdes do mundo e a primeira entre as brasileiras, de acordo com a revista norte-americana Newsweek.

Os quatro bancos são signatários do tratado Princípios do Equador, que estabeleceu diretrizes sociais e ambientais às instituições financeiras para a concessão de crédito acima de US\$ 10 milhões. O documento é resultado do encontro promovido, em 2003, pelo *International Finance Corporation* (IFC) com executivos de dez instituições financeiras diante das preocupações socioambientais. A adesão foi imediata. Em 2007, de acordo com o *Infrastructure Journal*, 71% do montante destinado a projetos em países emergentes foi liberado sob as condições dos Princípios do Equador, o que corresponde a US\$ 52,9 bilhões.

Ainda assim, tanta preocupação com a sustentabilidade é posta em dúvida por pelo menos uma centena de organizações não governamentais de todo o mundo, que, no ano passado, enviaram carta às instituições financeiras signatárias dos Princípios do Equador cobrando maior comprometimento e reformas no sistema. Sessenta e oito bancos receberam o documento – entre eles, Itaú Unibanco, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Bradesco.

Pesquisadores do GVCes, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), dedicaram-se ao diagnóstico das práticas dos principais bancos privados brasileiros relativas à redução dos

impactos climáticos de suas operações e ao fomento a uma economia de baixo carbono no estudo “Financiamentos Privados e Mudança do Clima – Análise das estratégias e práticas de bancos privados no Brasil na gestão da mudança do clima”. O resultado foi um aparente paradoxo.

“O tema é atualmente considerado prioritário. Existe um comprometimento formal institucionalizado claro, comprovado por meio de estratégias de atuação em várias linhas de negócio das instituições e nos respectivos processos decisórios. Todavia, existem melhorias a serem feitas”, aponta o trabalho. “Falta ainda uma compreensão do risco das mudanças climáticas para um financiamento antes da sua aprovação.”

As recomendações sugerem o desenvolvimento de uma metodologia para mensuração de emissões financiadas; a capacitação de equipes internas dos bancos, a fim de pôr em prática a estratégia das instituições financeiras com relação à mudança do clima; transparência e diálogo para comunicar as práticas com relação às emissões financiadas de forma a alinhar fornecedores, clientes e sociedade com a instituição; e a criação de centros de excelência em pesquisa aplicada com o intuito de ampliar a compreensão dos riscos com as mudanças do clima.

É mais ou menos a mesma conclusão a que haviam chegado, em 2008, os pesquisadores Maísa de Souza Ribeiro e Otávio José Dias de Oliveira, da Universidade de São Paulo (USP). Na pesquisa “Os Princípios do Equador e a Concessão de Crédito

Socioambiental”, eles constataram que “as questões sociais e ambientais estão sendo cada vez mais valorizadas pelas instituições financeiras, devido à responsabilidade que a sociedade espera delas e aos riscos envolvidos”. Mas também anotaram que a análise de informações por parte das instituições financeiras é dificultada pelo fato de a maioria das empresas não divulgar, em suas demonstrações contábeis, informações socioambientais de maneira prática.

“Geralmente, esse tipo de informação mistura-se com as informações econômico-financeiras das empresas”, ressalta o estudo. “Informações de natureza ambiental, principalmente passivos ambientais, não são divulgadas, com receio de que possam prejudicar sua avaliação ou serem usadas por autoridade ambiental para a aplicação de sanções.”

“Os bancos já estão adotando inventários internos de emissões de gases, mas não levam em conta se a empresa que pede o financiamento tem esses relatórios”, diz Mariana Ferraz, advogada do Idec. “Sabe-se que a questão é trabalhosa, mas o grande desafio dos bancos está na adoção de uma política de responsabilidade social sobre os critérios de financiamento.”

A avaliação dos seis maiores bancos que atuam no país piora quando se trata de responsabilidade social. Uma pesquisa do Idec, lançada em abril deste ano, sobre as práticas e políticas das instituições financeiras em relação aos consumidores, trabalhadores e ao financiamento, concluiu

No Brasil, os defensores da regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, que trata do sistema financeiro, acreditam que ali pode estar a chave, até mesmo para limitar o financiamento do governo a bancos e empresas que agredem o meio ambiente



que, desses, em número de clientes, apenas um é ao menos socialmente sustentável: o Banco do Brasil, único a obter a nota “bom”.

Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander e Unibanco Itaú tiveram apenas a classificação “regular”. O HSBC foi considerado “muito ruim” no Projeto Guia dos Bancos Responsáveis, principalmente por falta de transparência ao se negar a participar da pesquisa e não responder aos questionários enviados.

“As demandas do consumidor ainda são desrespeitadas pelos bancos, que estão sempre entre os três setores com maior volume de queixas, mas há falta de responsabilidade das instituições financeiras também com os próprios servidores”, diz Mariana Ferraz. “Quando se fala em responsabilidade social ou socioambiental, pensa-se apenas no meio ambiente,

mas existem problemas mais fundos, como o respeito ao Código de Defesa do Consumidor.”

“O problema do ponto de vista ambiental ainda não chegou ao Congresso, mas é evidente que não se pode falar em sustentabilidade bancária com tantos problemas de sustentabilidade do crédito pessoal”, afirma o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, Roberto Santiago (PSD-SP). “Quem pega financiamento para comprar um carro precisa saber que em alguns casos paga dois automóveis. Tem supermercado em São Paulo que financia a compra de alimentos, mas não avisa o consumidor que cobra juros de 535% ao ano. É preciso clareza das instituições financeiras.”

Clareza e transparência em torno da sustentabilidade são defendidas também pelo Conar. Novas normas



Os princípios do Equador

Princípio 1 – Categorias de projeto

Os projetos de financiamento devem ser classificados de acordo com o risco socioambiental. As categorias são de “A”, maior potencial, a “C”.

Princípio 2 – Avaliação social e ambiental

O solicitante deve providenciar avaliação ambiental para projeto que contemple os riscos identificados na categoria de sua classificação.

Princípio 3 – Países da *Organization for Economic Cooperation and Development* (OECD)

Os projetos em países emergentes devem seguir os padrões de desempenho do IFC, considerando a avaliação das condições sócioambientais, a obediência à legislação, o desenvolvimento sustentável, a utilização racional dos recursos renováveis e a preservação da saúde humana.

Princípio 4 – Plano de ação

Projetos da categoria “A”, e se necessário na “B”, devem ter plano de ação para tratar os riscos identificados, programa de gerenciamento, definição da capacidade organizacional, programa de treinamento, participação da comunidade, monitoramento e relatório.

Princípio 5 – Consulta à população

Projetos da categoria “A”, e se necessário da “B”, devem ser submetidos à apreciação dos grupos afetados.

Princípio 6 – Mecanismo de interação durante todo o processo

O mutuário deve manter mecanismos de contato com a população durante o desenvolvimento do projeto.

Princípio 7 – Avaliação independente

O plano de ação deve ser auditado por um profissional especialista independente.

Princípio 8 – Compromissos

Solicitantes do crédito, especialmente da categoria “A”, devem se comprometer a cumprir todas as leis, obter todas as licenças exigidas e cumprir o plano de ação, além de fornecer relatórios.

Princípio 9 – Indicação de especialista

Projetos da categoria “A” devem ter especialista sócioambiental independente para serviços adicionais de monitoramento e elaboração de relatórios.

Princípio 10 – Informações fornecidas pelas instituições financeiras

As instituições financeiras devem publicar informações sobre as experiências com os créditos concedidos.

éticas foram lançadas em agosto, para estimular as empresas a adotarem práticas sustentáveis verdadeiras por meio da publicidade consciente. O objetivo é reduzir o espaço para a banalização da sustentabilidade e impedir que o tema possa confundir os consumidores. Além de condenar todo e qualquer anúncio que estimule o desrespeito ao meio ambiente, o Código recomenda que a menção à sustentabilidade em publicidade obedeça estritamente a critérios de veracidade, exatidão, pertinência e relevância.

As novas normas do Conar apregoam que um anúncio que cite a sustentabilidade deve conter apenas informações ambientais passíveis de verificação e comprovação, que sejam exatas e precisas, não cabendo menções genéricas e vagas. Os dados devem ter relação com os processos de produção e comercialização dos produtos e serviços anunciados, e o benefício apregoado deve ser significativo. As regras valem para todos os meios de comunicação, inclusive a internet. E mais: quem se anuncia como verde não poderá comunicar promessas ou vantagens ou superioridade, tendo em vista que não existem compensações plenas que anulem os impactos socioambientais produzidos pelas empresas.

Pode ser o fim da propaganda enganosa, já proibida pelo artigo 37 do Código de Defesa do Consumidor. Os três parágrafos da lei definem que é “enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário capaz de induzir em erro o

consumidor”, “é abusiva, dentre outras, a publicidade discriminatória de qualquer natureza” e que “a publicidade é enganosa por omissão quando deixa de informar sobre dado essencial do produto ou serviço”.

Em outros países, a lei também tenta pôr fim a essa prática mais do que usual. Uma diretiva do Parlamento Europeu, de dezembro de 2006, consolidou a legislação que visa a controlar a publicidade enganosa no interesse dos consumidores, dos concorrentes e do público em geral: “Publicidade enganosa é uma publicidade que, potencialmente ou de fato, induz em erro ou afeta a capacidade de decisão do consumidor, ou que, por estas razões, prejudica um concorrente.”

Nos Estados Unidos, onde as punições são mais eficientes, o peso do desrespeito a uma das mais tradicionais peças de propaganda pode custar uma fortuna. Nada menos de US\$ 54 milhões é o que um consumidor está pedindo de indenização a uma lavanderia pelo extravio de uma calça. A principal prova de acusação contra a família coreana, dona do estabelecimento, eram duas placas afixadas na porta com os dizeres: “Entregamos no mesmo dia” e “Satisfação garantida”.

No Brasil, os defensores da regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, que trata do sistema financeiro, acreditam que ali pode estar a chave, até mesmo para limitar o financiamento do governo a bancos e empresas que agredem o meio ambiente. O controle poderia pegar em cheio uma das peças-chave do

crescimento do país: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“Os investimentos do BNDES favorecem a concentração econômica ao viabilizar projetos de grandes conglomerados empresariais e financeiros nos setores de mineração e siderurgia, papel e celulose, agropecuária, petróleo e gás, hidroelétrico e etanol, com intensos e extensos impactos sociais e ambientais”, diz João Roberto Lopes Filho, da Plataforma BNDES, uma rede social criada em 2007 por várias entidades, com o objetivo de democratizar os recursos liberados pela instituição. “O discurso do BNDES é verde, mas a prática é cinza.”

“O BNDES ainda é um instrumento da política industrial do governo federal e não pode simplesmente dar um cavalo-de-pau e sair dos setores mais sujos para investir nos menos poluentes. O banco tem tomado algumas ações, mas ainda um pouco tímidas”, diz o especialista em finanças sustentáveis Gustavo Pimentel. “Existem práticas de sustentabilidade dos bancos privados que estão avançando, mas que não são suficientes para mudar o mercado. É preciso avançar na análise de risco socioambiental das empresas, para que o tomador de financiamento cumpra com a legislação, e incorporar adicionais socioambientais a produtos financeiros, como o crédito a construções ecoeficientes. O Banco Central, também, poderia criar mecanismos de incentivo, a partir do que determina Basileia II, para que os bancos aprofundem a análise de risco ambiental.”

POSSIBILIDADES DA CENTRUS PERMANECER FORTE NO NOVO CENÁRIO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Previdência Complementar Brasileira terá significativo incremento com a aprovação e a implementação do sistema de previdência complementar dos servidores da União, vinculados ao Regime Jurídico Único - RJU.

Na forma proposta pelo Governo, será instituída a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - Funpresp, para administrar planos de benefícios para o funcionalismo do executivo, do legislativo e do judiciário, a exemplo do modelo existente na iniciativa privada: o Tesouro Nacional terá a responsabilidade de conceder aposentadoria aos servidores até o teto da Previdência Social, atualmente R\$ 3.691,74, e a Funpresp arcará com a complementação dos benefícios, mediante o acúmulo de contribuições dos participantes e do Tesouro.

Como as lideranças que apresentaram várias emendas visando o aprimoramento do projeto, a Abrapp - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar constituiu comissão técnica para acompanhar o assunto em todas as esferas, da qual a Centrus faz parte com outras fundações. A mencionada comissão formulou documento que respaldou a posição da Abrapp, no sentido de assegurar que, no âmbito da Funpresp, os atuais fundos de pensão vinculados a entidades federais possam administrar planos de benefícios para os servidores de seus patrocinadores – no nosso caso, para os servidores do Banco Central.

Paralelamente, dirigentes da Centrus e das demais fundações tiveram audiência com diversos parlamentares e autoridades dos Ministérios da Previdência, da Fazenda e do Planejamento, ocasiões em que reiteraram a proposta.

A principal argumentação tem sido a de que a experiência e a história dessas fundações, especialmente a da Centrus, em muito contribuirá para o fortalecimento e a credibilidade da Previdência Complementar dos Servidores Públicos no País.

Além disso, a Centrus vem mantendo entendimentos com o Sinal, para implementar plano de benefícios instituído – sem contribuição patronal – para complementar a aposentadoria dos seus associados (servidores do Banco Central).

Prospecções dos cenários possíveis estão sendo feitas para embasar o planejamento estratégico da Fundação, que tem como maior objetivo orientar os caminhos da Centrus com vistas à sua perenidade, oferecendo aos servidores do Banco Central alternativas de planos previdenciários com o tradicional padrão de segurança e rentabilidade na gestão de recursos.

